

IMPrensa E OPINIÃO PÚBLICA

Primeiro impacto da imprensa

A opinião pública literatizada¹ surge, por condições objetivas e subjetivas, a partir do Renascimento.

Nesta época, mesmo antes do aparecimento da imprensa, estava abalada a unidade da fé medieval por muitos motivos. Mas o primeiro periódico, *Relatio Historica*, semestral, aparece em 1583, após a impressão da Bíblia por Gutenberg (1456). O livro e o jornal nasciam na mesma seqüência. Quase paralelamente iriam se expandir.

De fins do século XVI a princípios do XVII os impressos se tornam semanais, desde as notícias de negócios dos banqueiros Fugger, enfim diários com a *Gazette de France*, fundada por Théophraste Renaudot, o primeiro jornal do mundo. Com este nome porque era pago com uma "gazetta", pequena moeda divisionária de origem italiana.

Na Inglaterra circularam, de 1594 a 1635, folhas de notícias publicadas sob as iniciais "N.B.", atribuídas a Nicholas Bourne. Outras se sucederam, até aparecer, em 1785, *The Times*, o jornal de mais antiga edição ininterrupta vindo aos dias atuais.

De maior impacto na nascente opinião pública literatizada, num centro urbano da época, foram as *Pasquinate* de Pietro Aretino, passando de mão em mão pelas cidades livres italianas do século XVI, com violentos ataques pessoais, dando origem ao antonomástico pasquim.

¹ O termo "literatização" é de Antônio Houaiss (*A crise de nossa língua de cultura*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983, p. 18). Refere-se à ação cultural pelas letras.

As facilidades da imprensa começavam a aumentar as informações disponíveis, ao nível do comércio e da política da burguesia em ascensão. Aumentavam as rachaduras das pretensões de domínio monolítico do pensamento.

Se "os escribas clérigos da Alta Antiguidade seriam 1 sobre 10.000 habitantes, até 1 por 1.000 na Alta Idade Média", sobretudo na França onde foram 1 por 500 ou mesmo 300, "quando, além dos clérigos, a literatização se estendeu às damas cortesãs", no Renascimento a percentagem duplica. "Atinge 2% em toda a Europa ocidental e quase toda a central."

Com o advento da imprensa, substituindo rapidamente o escriba pelo gráfico, tarefa mais fácil e portanto mais barata, os índices sobem consideravelmente no século XVIII na França, Inglaterra, Flandres, Suíça, países de idioma alemão e em alguns eslavos.²

Neste quadro se entende a rápida difusão das idéias revolucionárias que vão confluir para as condições objetivas, detonando juntas o ciclo de revoluções liberais burguesas desde 1581 na Holanda à Inglaterra de 1688, Estados Unidos de 1776 e França de 1789.

Após a revolução industrial, no século XIX, a literatização chega a 95% naquelas áreas e de 45% a 50% em Portugal e Espanha.³

O teatro de repertório, com peças em série, é a etapa seguinte do debate público das idéias, após o teatro privado das Cortes.

Para manter-se, o grupo de atores tinha de ressarcir seus investimentos indo de uma cidade a outra, perante públicos burgueses. Método que iria ser ampliado pelo cinema. Donde conclui Arnold Hauser: "é este o fato que determina a influência das massas sobre a produção da arte".

Ao nível de impressão de livros, os autores vão ampliando seus leitores e substituindo os mecenas individuais por subscritores em série. Os jornais também adquirem assinantes.⁴

A influência da sua liberdade deixa os primeiros governos liberais num dilema. A liberdade ilimitada de imprensa pode ameaçar tudo, mas sua restrição significa o início da perda gradual das liberdades. É o raciocínio de David Hume, pela primeira vez sobre o tema. "Além do mais, diz Hume, será mais pernicioso quan-

² *Idem*, pp. 21 e 22.

³ *Ibidem*, p. 22.

⁴ *História social de la literatura y el arte*, Madri, Ediciones Guadarrama, 1969, tomos II e III, *passim*.

do os homens não estiverem acostumados a pensar livremente e a distinguir entre o verdadeiro e o falso." A própria liberdade britânica desapareceria, se fossem dados passos sucessivos rumo à extinção da liberdade de imprensa.⁵ A consciência disto leva à abolição da censura na Inglaterra em 1695.

Mesmo tendendo a identificar a "opinião pública" com a "opinião vulgar" quando se trata de ataque indiscriminado à autoridade ("Nothing is so easily cheated, nor so commonly mistaken, as vulgar opinion"), reconhece William Temple que não haveria ameaça se os governos atendessem ao bem comum. Mas Jeremy Bentham urge a publicidade de todos os atos governamentais, perante "the tribunal of public opinion".⁶

Este tribunal, por assim dizer, vê-se consagrado oficialmente, pela primeira vez, na "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" de 1789, colocada como preâmbulo da Constituição francesa de 1791, a qual proclama no artigo 11: "A livre comunicação dos pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; portanto, todo cidadão pode falar, escrever, imprimir livremente, mas deve responder pelo abuso desta liberdade nos casos determinados pela lei."

A contrapartida da responsabilidade governamental aparece logo adiante, no art. 15: "A sociedade tem o direito de pedir prestação de contas a todo agente público por sua administração."⁷

Passam a multiplicar-se as bibliotecas, a partir da Grã-Bretanha como extensões de sociedades e clubes de leitura, rompendo também o círculo fechado das bibliotecas das Cortes e dos mosteiros. Livrarias de segunda mão surgem em Londres desde fins do século XVIII, estendendo o hábito da leitura às classes inferiores. Já em 1732, Benjamin Franklin fundara, em Filadélfia, a primeira biblioteca de sócios. Trinta anos depois, proliferam "cabinets de lecture" na França, mais outra contribuição às vésperas da sua Grande Revolução. O primeiro círculo de leitura alemão data de 1772.

⁵ "Of the Liberty of the Press", *Political Essays*, Indianapolis—New York, The Bobbs-Merrill Company Inc., 1963. pp. 6 e 7.

⁶ Speier, Hans, "The Rise of Public Opinion", *Propaganda and Communication in World History* (tomo II: *Emergence of Public Opinion in the West*), organizada por Harold D. Lasswell, Daniel Lerner e Hans Speier; East-West Center, The University Press of Hawaii; Honolulu, 1980, pp. 150 e 151.

⁷ *Les constitutions de la France depuis 1789*, présentation par Jacques Godechot, Paris, Garnier-Flammarion, 1970, pp. 34 e 35.

Simultaneamente atingia quase o infinito a quantidade de jornais e pasquins na França, curiosamente ao lado do primeiro diário oficial, *Le Moniteur Universel* ou *Gazette Nationale*, de início (1789) publicando os debates da Assembléia revolucionária, depois (1799) os atos do Poder Executivo bonapartista.

Mesmo moderados como Condorcet e Sieyès depositavam as maiores esperanças iluministas na opinião pública, um querendo que a educação das massas tornasse impossível sua recaída no fanatismo, outro indo ao ponto de proclamar, na linha da Declaração de 1789, a necessária divulgação de todos os atos governamentais: "A razão não gosta de segredos; só é efetiva através da expansão. Só se atingir toda parte, age bem, porque só então se formará aquele poder de opinião pública, à qual se deve talvez creditar a maioria das mudanças realmente vantajosas para a humanidade."

Christian Thomasius relacionara, pouco antes na Alemanha, o que viria a ser a confiança iluminista na razão e a renascentista Reforma protestante, em forma de "ensinamento luterano do sacerdócio universal" (dos leigos) rumo "ao secularizado aprendizado geral".⁸

Estavam lançadas as bases da opinião pública literatizada, em seguida eletrônica pelos mídia audiovisuais.

O impacto da literatização no Brasil

Os ecos da imprensa, por livros e jornais, na nascente opinião pública brasileira, mesmo elitista como tinha de ser então, muito tardaram a chegar, por conta até das dificuldades de publicação no próprio Portugal, sobrecarregado pela censura inquisitorial, depois no Estado antiluminista pós-pombalino.⁹ O *Correio Brasileiro*, primeiro jornal brasileiro de penetração ampla, teve de ser fundado por Hipólito da Costa em 1808 na Inglaterra. Dom João VI proibiu sua entrada no Brasil, determinação violada clandestinamente numa escala que denotava o amadurecimento para a próxima Independência. O nome glorioso foi retomado, em 1960, por um jornal dos Diários Associados em Brasília, no momento da inauguração da nova capital.

⁸ Speier, H., ob. cit., pp. 154, 155, 157 e 158.

⁹ Vide Almeida Rodrigues, Graça, *Breve história da censura literária em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação e Ciência, 1980, *passim*.

Em 1821, tem de surgir a *Gazeta do Rio de Janeiro*, para divulgação de atos governamentais, mesmo ano do aparecimento da *Aurora Pernambucana* no Recife, que usava os remanescentes da imprensa clandestina da Revolução de 1817, também para notícias oficiais.

O primeiro jornal de interesse comum foi o *Diário do Rio de Janeiro*, em 1811.

Após a Independência, multiplicam-se os jornais, além dos apaixonados pasquins de efêmera duração. Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa lançam o *Revérbero Constitucional Fluminense*, 1821, e Evaristo da Veiga a *Aurora Fluminense* em 1827. São os primeiros grandes jornalistas brasileiros.

O diário brasileiro, hoje de mais antiga circulação ininterrupta, é o *Diário de Pernambuco*, aparecendo no Recife em 7 de novembro de 1825. Antes, portanto, do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, cujo primeiro número saiu em 1.º de outubro de 1827. No mesmo ano, aparecia pouco antes, em 12 de setembro, o *Mercurio de Valparaiso* no Chile.¹⁰

A primeira biblioteca pública é a Nacional do Rio de Janeiro, instalada em 1810 com o acervo inicial, grande para a época, de 60 mil volumes transportados por Dom João na sua fuga para o Brasil. Recebe o nome inicial de Biblioteca Imperial e Pública, em 1878 o de Biblioteca Nacional.

Pouco depois aparecem as bibliotecas das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia, bem como das Faculdades de Direito de Olinda/Recife e São Paulo, as primeiras de ensino superior laico, enquanto coexistiam as antigas dos conventos e seminários católicos.

Sobre qual povo repercutiam estas leituras das elites, num início de opinião pública, preparada também por vasta panfletagem política?

¹⁰ Vide Jambo, Arnoldo, *Diário de Pernambuco (História e jornal de quinze décadas)*, edição comemorativa do seu sesquicentenário, Recife, Diário de Pernambuco S.A., 1975, pp. 87, 43 e 44. Já existem várias outras histórias de jornais brasileiros como a *História de A Província do Pará*, por Carlos Roque, edição comemorativa do centenário, Belém, Mitograph Editora, 1976; *A União (Jornal e história da Paraíba. Sua evolução gráfica e editorial)*, Eduardo Martins, João Pessoa, Oficinas de A União, 1977, com 2.ª ed. aumentada no ano seguinte (*História da Folha de S. Paulo 1921 — 1981*). Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, São Paulo Impres, 1980; etc.

O viajante francês Louis Couty podia concluir em plenos fins do Império, 1881, numa apóstrofe tornada famosa: “o Brasil não tem povo”, pois “o largo espaço compreendido entre a alta classe dirigente e os escravos não se acha suficientemente preenchido. Seis milhões de habitantes, pelo menos, nascem, vegetam e morrem sem ter quase servido à sua pátria. No campo serão agregados de fazendas, caipiras, matutos, caboclos; nas cidades serão capangas, capoeiras, ou simplesmente vadios e ébrios. Com freqüência capazes de trabalhos penosos, como o desmatamento ou a condução de rebanhos, não terão sequer idéia de poupança, nem de trabalho contínuo”. “Mas em nenhuma parte se encontrarão estas massas fortemente organizadas de produtores livres, agrícolas ou industriais, que, em nossos povos civilizados, são a base de toda riqueza, bem como não se acharão massas de eleitores sabendo pensar e votar, capazes de impor ao governo uma direção definida.” “Os mais inteligentes, os mais ativos, dois milhões talvez, serão negociantes ou empregados, domésticos e artesãos.”¹¹

Donde Caio Prado Júnior induz a conclusão, também merecedora de reprodução, por significar uma acurada síntese: “É naquele elemento desenraizado da população brasileira que se recrutará a maior parte da força armada para a luta das facções políticas que se formam; e ela servirá de aríete das reivindicações populares contra a estrutura maciça do Império, que apesar da força do empuxo, resistirá aos golpes.”¹²

Gênese da opinião pública brasileira

Couty apontava, com argúcia, “o largo espaço”, não preenchido, entre os 500 mil componentes da “alta classe dirigente” — “fazendeiros, advogados, médicos, engenheiros, empregados, administradores, negociantes” pertencentes “a famílias proprietárias de escravos” — e “dois milhões talvez” de trabalhadores livres, “negociantes, empregados, operários ou criados”.

Compunham o cerne daquela sociedade, início do seu povo, diante de um milhão de escravos e desajustados ex-escravos va-

¹¹ *Lesclavage au Brésil*, Paris, Librairie de Guillaumin et Cie. Editeurs, 1881, pp. 86 e 87.

¹² *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1942, p. 283.

gando pelos campos, gerando, em miscigenação com os brancos, mais que os índios, os seis milhões de "agregados de fazendas, capangas, matutos, caboclos" e, nas cidades, "capangas, capoeiras, ou simplesmente vadios e ébrios..."

Era a massa disponível para as arruaças resumidas por Caio Prado Júnior, ora por agravamento da sua penúria, ora por atização pelas camadas dirigentes em conflitos internos, nem sempre com profundo significado ideológico. Este se bebia desordenadamente até nos conventos, numa busca desesperada para acompanhar os ventos do mundo chegando à colônia rica exportadora de minérios ou de produtos agrícolas. Leituras alimentadoras dos livros, jornais e pasquins locais, desembocando em agitações libertárias, com frequência tumultuosas, pela incipiência daquele germe de sociedade civil.

O viajante francês Louis-François Tollenare, recém-chegado de Paris, surpreendia-se, em Olinda, com a multidão de livros revolucionários franceses. "os mais procurados nas bibliotecas do Mosteiro de São Bento e Seminário da diocese".¹³

As bibliotecas semiprivadas, porque quase públicas como pontos de reunião nas casas de audaciosos burgueses progressistas, não ficavam atrás. O próprio cônego da Sé de Mariana, Luís Vieira da Silva, reunira grande quantidade e qualidade de textos iluministas,¹⁴ à maneira de outros como José de Resende Costa, pai e filho,¹⁵ todos envolvidos na Inconfidência mineira. O fato da biblioteca de Sabino Vieira, líder da Sabinada baiana, ter o mesmo caráter, denota sua expansão.¹⁶

Inclusive livrarias abasteciam os leitores diretamente no Brasil, repassando-lhes os livros importados. Exemplo típico era a de

¹³ *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, edição completa comentada por Léon Bourdon, Paris, Presses Universitaires de France, tomo II, 1972, p. 451.

Edson Nery da Fonseca aponta, nas bibliotecas dos colégios jesuítas, as primeiras bibliotecas escolares, portanto públicas no Brasil (*A Bibliotecologia brasileira no contexto mundial*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro/Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1979, pp. 13 e 14).

¹⁴ Vide Eduardo Friciro, *O diabo na livraria do cônego*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1945, *passim*.

¹⁵ Vide E. Bradford Burns, "O iluminismo em duas bibliotecas do Brasil Colônia", *Universitas*, Salvador, janeiro-agosto, 1971, *passim*.

¹⁶ Vide Luís Viana Filho, *A sabinada (A república baiana de 1837)*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1963, *passim*.

Manuel Figueiroa de Faria, também proprietário do *Diário de Pernambuco*. Através dela e da livraria de um certo Coutinho, o engenheiro socialista francês Louis-Léger Vauthier, então trabalhando no Recife, 1845, divulga livros e revistas de Fourier e Considérant, bem como sobre eles.¹⁷ Com a consequência da infiltração de idéias socializantes, em grande escala, nos panfletos e pasquins do Pernambuco da época, contribuindo para a marca distintiva radical da Rebelião Praieira de 1848/1849. Incorporando-se à onda "quarante-huitarde" européia.

Quando não eram estas, eram outras idéias ainda renovadoras, embora moderadas, menos perseguidas pelo poder dominante. O liberalismo clássico penetrava com menos dificuldade, por isto tendendo ao formalismo. Mesmo assim visto com desconfiança, senão hostilidade, pelas autoridades aferradas à violência da sociedade escravocrata.

Foram as idéias liberais conservadoras, de timbre mais inglês ou, no máximo, francesas orleanistas, que davam o tom à grande imprensa da época: no Rio de Janeiro, *O Correio Mercantil*, *A Gazeta de Notícias*, *O País*, *O Diário Popular* e *Diário de Notícias*. *A Cidade do Rio de Janeiro*, de propriedade de José do Patrocínio, chegou a inovar a imprensa do tempo pelo ardor da sua campanha abolicionista. Vários daqueles eram ainda de propriedade de portugueses, com moderados redatores brasileiros.

Entre outros nomes, formando mais que meramente informante, estilo jornalístico da época, destacavam-se Tavares Bastos, Torres Homem, Quintino Bocaiuva, Rangel Pestana, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa.

Alguns jornais da virada do século prosseguiriam: *Jornal do Brasil* (1891) e *Correio do Povo* de Porto Alegre (1895). O *Correio da Manhã* (1901) e *A Noite* (1911) do Rio de Janeiro teriam décadas de duração. A capital federal, herdando o peso da Corte, concentrava prestígio formador de opinião. Era o sismógrafo político-social-intelectual do Brasil. Refletia e influenciava os poderes da República ali sediados, enquanto ia crescendo a força paulista, expressa cada vez mais pelas páginas de *A Província de São Paulo*, sucedida por *O Estado de S. Paulo* a partir de 1890, sob a liderança de Júlio Mesquita e descendentes.¹⁸

¹⁷ Freyre, Gilberto, *Um engenheiro francês no Brasil*, Rio de Janeiro, Livr. José Olympio, 1960, tomo II, pp. 748 e 749.

¹⁸ Vide Paulo Duarte, *Júlio Mesquita*, São Paulo, Editora Hucitec/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977, pp. 6, 13 e *passim*.

É a nacionalização, enfim, dos jornais brasileiros, até então majoritariamente em mãos de proprietários portugueses.

Quando a República foi proclamada, registra-o o censo do ano seguinte, o país tinha 14.553.915 habitantes, com 14% alfabetizados.¹⁹ Aumento pequeno, porém significativo, em relação ao quase zero de início da Independência.

O Rio de Janeiro representou o papel de caixa de ressonância nacional para as vanguardas sociais e intelectuais, portanto políticas da época, desde pelo menos "a grande vitória eleitoral do liberalismo democrático", moderado, de 1860, "a que esteve ligada uma mentalidade típica de capitalista progressista, como Teófilo Otoni"; mostra-o muito bem Cruz Costa: "a campanha foi ardente, entusiasta, popular, como ainda não se vira outra; a mocidade tomou parte nela, o comércio subscreveu generosamente, o povo capitaneado por Teófilo Otoni, cujo lenço branco figura constantemente nos epigramas políticos da época".

E a partir de 1870 revoa o que Sílvio Romero classificou de "um bando de idéias novas", em torno do decênio 1868-1878, "o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual". Idéias emanadas principalmente através da Escola do Recife, Tobias Barreto e Sílvio Romero à frente, levadas adiante por nova camada de classe emergente, "representantes e herdeiros, em boa parte, da incipiente burguesia de comerciantes ou de burocratas..."

Vale a pena repetir mais extensamente a descrição antológica de Cruz Costa: "São, assim, os filhos da modesta burguesia comercial e burocrática, de importância relativamente secundária, que irão aparecer, graças ao desenvolvimento também modesto do capitalismo no Brasil, no cenário político e intelectual da segunda metade do século XIX." Buscavam novos centros irradiadores de influência: "Na Escola Militar, e logo depois na Escola Central, os representantes da nascente pequena burguesia procurariam, na segunda metade do século, educação e instrução talvez um pouco diferentes daquelas que eram representadas pelos bacharéis em leis, de Coimbra, de Recife ou de São Paulo, onde recebia formação superior grande parte dos filhos das famílias do patriciado rural." "É dessa burguesia, formada por militares, médicos e engenheiros

¹⁹ Vide Conti Gomes, *Sônia de, Bibliotecas e sociedade na primeira república*, São Paulo, Livr. Pioneira/Instituto Nacional do Livro, 1983, pp. 27 e 33.

— mais próximos das ciências positivas, graças à índole das suas profissões — que irá surgir o movimento positivista no Brasil."²⁰

A oposição de interesses gerava opiniões diversas, apesar de matizadas imprecisamente pela imaturidade das novas relações de produção, como se deduz da enumeração por Lídia Besouchet, a propósito da teia em torno dos empreendimentos pioneiros de Mauá. É que, de um lado "estava a nascente burguesia comercial representada por banqueiros, financistas, negociantes, importadores ligados à Inglaterra pelos laços da política liberal; parlamentaristas radicais, protecionistas, partidários de uma legislação mais avançada, inflacionistas; defensores da política imigratória como solução ao problema do braço para o trabalho; industrialistas que clamavam pela substituição da agricultura dispersa, pelas fábricas centralizadas. De outro estavam os representantes da burguesia agrária, proprietários de grandes extensões de terra, livre-cambistas, escravistas, pedindo liberdade aduaneira para saída do algodão, do fumo, do açúcar e do café, para a Inglaterra e adversários intransigentes da política imigratória".²¹

Deste emaranhado brotava outra etapa da crescente opinião pública brasileira, embora ainda muito minoritária, portanto se ressentindo de grandes limitações como vanguarda de novos tempos.

Renovadora ponta de lança, emergiam os oficiais das Forças Armadas, o setor mais inquieto do estamento burocrático, com armas nas mãos porém com pouco prestígio, definiu-o muito bem Raimundo Faoro, quando mostrou que "o Exército, depois dos meados do século, eleva o oficial, projeta seu status, mas não o aristocratiza, nem lhe confere ingresso no palco político". Abriam-se as portas do oficialato aos plebeus, por mera necessidade do serviço, que não dispunha de muitas opções. A Marinha persistiria mais tempo na fidelidade ao antigo recrutamento em meio à nobreza.

Dáí se queixarem tanto os oficiais do Exército, em relação a soldados "pagos com atraso, entregues os fornecimentos ao regime da incerteza e da irregularidade, não raro a fome e a angústia de equipamentos fazendo da tropa um corpo de maltrapilhos". "Para agravar o sentimento de repulsa, o soldo mal dava para as despesas essenciais, no tempo das famílias numerosas. Um tenente-coronel reformado, em 1854, confessa dramaticamente que os venci-

²⁰ Cruz Costa, J., *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2ª ed., 1957, pp. 126, 127, 97, 124, 125 e 128.

²¹ *Mauá e o seu tempo*, São Paulo, Editora Anchieta, 1942, p. 78.

mentos se esvaem no aluguel da casa, obrigando-o, para educar os filhos, a contrair dívidas irrisgatáveis.²²

Relegamento e desprezo pela sua penúria, por parte de uma sociedade civil nascente e já civilista, acostumada a uma tradição pacífica, terminam por acuar os militares, impelindo-os à rebelião em nome do futuro, que passaram a tentar encarnar. O positivismo — com seus lemas de revolução de cima para baixo, progresso com ordem, ditadura republicana — veio a calhar como ideologia, embora logo esgotado por suas limitações incapazes de resolver os problemas se amontoando com o crescimento econômico. A revolta, por dentro do estamento, logo se demonstraria insuficiente.

Mesmo assim, o entusiasmo republicano inicial consegue elevar, por exemplo, o índice de alfabetização de 14% em 1890, para 25% logo em 1900, degrau onde permanecerá estagnado, apesar da população crescer de 14.333.915 habitantes daquele ano, para 30.635.605 neste. O incremento educacional maior será em favor da realimentação e expansão das próprias classes dirigentes, mediante inclusive sua diversificação. Entre 1890 e 1930, criaram-se nove escolas superiores de ciências aplicadas, diante de trinta e três para profissionais liberais, as clássicas de Direito (dezessete), Engenharia e Medicina (oito cada uma) . . . Quanto a estudos científicos, simplesmente nada: o Instituto de Manguinhos no Rio de Janeiro, depois Fundação Oswaldo Cruz, não passou, durante muito tempo, de mero laboratório para preparação de soros e vacinas comuns.

O número de bibliotecas públicas sobe penosamente de cerca de 100, em todo o país em fins do Império, ao dobro somente após 1910, aumentando as edições de livros, em maior escala, nas vésperas da Revolução da Aliança Liberal de 1930, mais um sinal do descontentamento crescente. Multiplicação se concentrando já em São Paulo, correspondendo à sua ultrapassagem econômica e política em relação ao Rio de Janeiro. Entre 1914, quando os livros ainda eram impressos na Europa, a pedido de congêneres cariocas do tipo máximo da Garnier, e 1920, São Paulo instala nada menos de 20 editoras, lançando 203 títulos só neste ano, numa tiragem total de 900.000 exemplares, dos quais 2/3 para fins escolares.

²² *Os donos do poder (Formação do patronato político brasileiro)*, Porto Alegre/São Paulo, Editora Globo/Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed., 1975, pp. 472 e 470.

Monteiro Lobato, ele próprio fundador de duas editoras se projetando no futuro, enfrenta pioneiramente o vital problema da distribuição. Existiam então apenas umas 30 livrarias em todo o Brasil. Articulando-se com elas, “quase todos os agentes responderam e Monteiro Lobato inundou o país de livros”.²³

Entretentes, aumentavam as tiragens dos jornais. Em São Paulo e Rio de Janeiro atingiram a marca de 50.000 exemplares, os principais.

A informação passava a circular, pela primeira vez em escala nacional, através do rádio.

Desde 1892 que um padre gaúcho, Roberto Landell de Moura, outro pioneiro esquecido, fizera experiências de transmissão de voz pelo espaço com a tosca ajuda de uma válvula de três eletródios. Foi em Mogi das Cruzes, depois na capital de São Paulo. Mesmo registrando sua patente no Brasil e nos Estados Unidos, o Padre Landell não recebeu nenhum incentivo governamental.

Teria de caber a uma multinacional, a Washington Electric, a instalação, no pico do Corcovado, do primeiro transmissor por ocasião da inauguração da Exposição do Centenário da Independência em 1922. Em seguida, mais uma multinacional, a “Western Electric”, montava uma estação de rádio para os Correios e Telégrafos.

Coube a Roquette-Pinto, em companhia de Henrique Morize, retomar o pioneirismo do Padre Landell. Fundaram em 1923 a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro na Livraria Científica Brasileira, depois com um transmissor no sexto andar da Casa Guinle, até o governo tchecoslovaco doar-lhe em 1924 seu pavilhão da Exposição de 1922. Em 1936, o Ministério da Educação e Saúde recebeu a Rádio Sociedade. Mas a Rádio Clube de Pernambuco, fundada ainda em 1924 pelo também pioneiro Arnaldo Moreira Pinto, foi a primeira a obter registro oficial. Desde 1935 ia ao ar a “Hora do Brasil”, depois “Voz do Brasil”, noticiário oficial federal.

Passavam a entremear-se os meios de comunicação e até inovadoramente os gêneros literários. Em 1922 aparecia a primeira coluna de temas radiofônicos na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e, em 1941, nascia a radionovela *Em Busca da Felicidade*,

²³ Conti Gomes, S. de, ob. cit., pp. 33, 27, 34, 57 e 40.

antepassada da telenovela que iria, muito depois, avassalar o país.²⁴

Os primeiros meios de comunicação de massa davam outro grande passo à frente na integração brasileira.

Tardará a televisão, neste caso não apenas no Brasil. Antigas descobertas científicas só terão aplicações tecnológicas, em grande escala, após a Segunda Guerra Mundial. Elas até que chegam rápidas com a inauguração, em setembro de 1950, da TV Tupi, canal 4 de São Paulo, seguida ainda mais velozmente pelo Canal 2 do Recife, TV Jornal do Commercio, em novembro do mesmo ano. No ano seguinte, os Diários Associados instalam a TV Tupi do Rio de Janeiro. Em 1955, mais duas, a TV Rio, Canal 13 e a TV Itacolomi de Belo Horizonte, Canal 4.²⁵

Daí em diante, multiplicam-se cada vez mais, passando a cobrir todo o país, contribuindo decisivamente para profundas transformações nos próprios padrões de comportamento. O Brasil mudara intensamente. Agora era uma sociedade industrial, urbana de massas, articulada em escala planetária com outras. Começara a nascer um novo Brasil, em meio a todas suas deficiências e contradições.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Antevisões de uma informática democratizada

Mesmo assim não foram logo absorvidas, pelos próprios intelectuais brasileiros em especial, ao lado dos chamados terceiro-mundistas ou de outros mundos, em termos de reflexão e recriação, as técnicas da informática já tão debatidas nos países produtores delas. Desde 1970, pelo menos, que Hans Magnus Enzensberger, por exemplo, potencializa a herança frankfurtiana de Walter Benjamin e Theodor W. Adorno a respeito.

Em seus *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*, traduzidos no Brasil em 1978, ele convocava a atenção, então com pouco eco, para o que classificava de "indústria da consciência". Definição sem nenhum pejorativo, querendo, isto sim, conceituar

²⁴ Verbetes "Radiodifusão", *Grande Enciclopédia Delta Larousse*, Rio de Janeiro. Editora Delta, tomo X, pp. 5653 e 5654.

²⁵ Verbetes "Televisão", *idem*, p. 5698.

e analisar outra etapa, a atual, do processo mais amplo, abrangente, da revolução industrial.

Enzensberger referia-se a algumas inovações, começando a se banalizar nas matrizes do desenvolvimento e, no momento, desconhecidas na sua periferia internacional: "satélites de comunicação, televisão a cores, televisão por cabo, televisão com cassetes, videotapes, videorecorders, videofones, estereofonia, técnica Laser, processos de cópias eletrônicas, sistemas eletrônicos de impressão rápida, máquinas de composição e de automatização da aprendizagem, microfichas eletronicamente operacionadas, impressão telecomandada, computadores *time-sharing*, banco de dados".

Concluindo: "Esses meios se combinam cada vez mais para constituir um sistema universal." Sociedade de conhecimento, sociedade do diálogo, sociedade aberta na transparência da comunicação, tanto maior onde houver mais mobilidade social e capilaridade de informações.

Ao chegar esta revolução tecnológica ao Brasil, entre outras áreas periféricas inclusive por conta da escassa tradição de mobilidade e capilaridade, o impacto logo despertou reação análoga do que se convencionou chamar de "esquerda" e "direita", inovadores ou conservadores das estruturas sociais vigentes. Ainda no ano corrente, comemorativo do romance antiutópico de George Orwell, 1984, ergueram-se vozes proclamando a vulgaridade da revolução informática e seus perigos de dominação totalitária. Perspectiva denunciada, por Enzensberger mais de uma década atrás, como "compreensão não-dialética e obsoleta dos meios de difusão".

E que Enzensberger partia da própria teoria dos sistemas, que reconhece a "permeabilidade" básica deles, isto é, "um sistema de comunicação, ou tecnologicamente falando, uma rede, tão logo ultrapasse certo limite crítico, já não pode mais estar sujeito a um controle centralizado, só podendo ser calculado estatisticamente". "Uma supervisão completa exigiria um sistema de controle que seria maior do que o próprio sistema. Assim, por exemplo, o controle de todas as ligações telefônicas pressupõe um aparelhamento bem mais amplo e complicado do que o do atual sistema de telecomunicações."

Daí o erro dos regimes autoritários, ao se julgarem capazes internamente de gravar todas as conversas importantes, ou, externamente, de impedir a audiência a programações audiovisuais transmitidas do estrangeiro. A multiplicidade infinita das relações sociais, por um lado, e as crescentes técnicas de comunicação pelos satélites, por outro, terminariam exigindo custos contraproducent-

tes para seu pleno acompanhamento e total controle, no fim impossíveis.

Por parte dos que se declaram libertários, o equívoco se apresenta paralelo. Surgiram movimentos parecidos com os "ludditas" da primeira revolução industrial, que invadiam as fábricas para quebrarem as máquinas, invocando não só o desemprego que estas geravam, quanto também e principalmente as mudanças de padrões de comportamento social e moral decorrentes do seu uso extensivo.

Enzensberger identificava, logo após a rebelião da juventude radical de 1968, certos traços afins. No campus de Berkeley, "o computador foi alvo preferido das agressões". Esquecida de que, "quanto à sua estrutura, os novos meios são igualitários". A técnica, em si, é neutra, mais uma vez. Cabe aos seus usos a determinação das valorações.

A dessacralização técnica do livro, por exemplo, ofendia os intelectuais, inclusive aos se pretendendo renovadores, mas tradicionalistas no fundo, por conta da sua limitação ao seu papel de produtores em linguagem escrita. Um papel monopolizador, também nas artes plásticas, "com nítidos traços de exclusividade de uma classe".²⁶

Walter Benjamin, fonte principal da Escola de Frankfurt, já previra a marcha destes acontecimentos.

Ele começava lembrando que, "em princípio, a obra de arte sempre fora suscetível de reprodução", só que lhe faltava outrora a marca da autenticidade, dada pelo *hic et nunc* da "unicidade" do autor com a obra irrepitível uniformemente. Mas a xilografia, a gravura em cobre e a água-forte anunciavam sinais de mudança neste processo. A litografia, em princípios do século XIX, deu enorme passo adiante, ao permitir a primeira mecanização da reprodução.

Era o início do que Benjamin denominou "reproduzibilidade" da obra de arte, tradução aproximada da *Reproduzierbarkeit* por ele usada em alemão. Com a consequência imediata da gradativa perda de "aura" do objeto massificado pelo criador. "Aura" definida como o eco longínquo da aparição única.

Benjamin tinha de entusiasmar-se, neste sentido, com a fotografia e o cinema, superando o contato pessoal entre espectador e intérprete.

²⁶ Elementos para uma teoria dos meios de comunicação (do alemão *Baukasten zu einer Theorie der Medien*, 1970). Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1978, pp. 63, 45, 53, 54, 61 e 71.

Muito se teria a discutir, a propósito das teses de Walter Benjamin, em grande parte influenciadas por implicações neomarxistas análogas às de Bertolt Brecht, a quem ele recorre no esforço de exorcizar a reificação da obra de arte, popularizada pelo novo caminho.²⁷

O principal, aqui, consiste na genealogia do fio condutor do pensamento de Hans Magnus Enzensberger a respeito, entrecruzando a semiologia política de Roland Barthes, quando um reconhece que "a formalização da linguagem escrita permite e favorece a repressão de resistências"²⁸ e o outro explica: "Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem — ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua." Por isto, "a linguagem é uma legislação, a língua é seu código". Relembrando Jakobson, quando já dizia que "um idioma se define menos pelo que ele permite dizer, do que por aquilo que ele obriga a dizer".²⁹

O acesso de todos à criação coletiva da linguagem — ao ser levada a reproduzibilidade às últimas consequências, nos últimos tempos pela fotocópia, disco, cassete e videocassete, no futuro por meios ainda mais fáceis e mais baratos — leva cada vez mais à multiplicação dos poros da permeabilidade do processo. A questão fundamental consiste na sua mão dupla, à maneira do telefone, ao contrário do telégrafo, um aberto ao diálogo, o outro ainda sob controle estatal centralizado não-democratizado. O chamado "vídeo militante", circuitos fechados de TV e videocassetes, podem ser novos recursos políticos.

Tende porém Enzensberger a equivoocar-se, quando subestima o caráter lúdico de massa das comunicações. As pesquisas de opinião demonstram que, inclusive nas sociedades altamente politizadas, os programas de televisão de maior audiência são aqueles com caráter de festa. Os próprios jornais, de maior circulação, costumam ser os de escândalo, atendendo neste caso a uma certa tendência de violação do proibido pelos costumes. Qualquer proíeto de reeducação, mesmo a longo prazo, tem de permitir a liberdade do lazer, para ser democrático.

²⁷ A expressão "reproduzibilidade" foi também adotada em francês, *reproductibilité*. Vide a tradução do alemão, "L'oeuvre d'art au temps de ses techniques de reproduction" nas *Oeuvres choisies* de Walter Benjamin, Paris, Julliard, 1959, pp. 195, 197, 196, 199, 205, 213, 211, 207 e 208.

²⁸ Enzensberger, Hans Magnus, ob cit., p. 129.

²⁹ Aula (do francês Leçon, 1978), São Paulo, Editora Cultrix, s. d., pp. 12 e 13.

E recentes indagações heterodoxas, de um Jean Baudrillard por exemplo, demonstram que — à maneira do resto kantiano que a mecânica não explica e termina como todo — o resíduo, insondável nas suas flutuações, por isto incontrolável pela engenharia social no fundo elitista mesmo quando ultra-radical, acaba avassalando o conjunto da sociedade: “a integração simbólica é substituída por uma integração funcional”, “todos são perfeitamente excluídos e levados em conta, perfeitamente desintegrados e socializados”.³⁰ Volta-se ao ponto de partida, recomeça-se o ciclo da vida, para desgosto dos intelectualistas tentados pelo gigante Procusto, que, de tão hospitaleiro, esticava ou cortava as pernas dos seus hóspedes, para caberem na sua cama...

Assim, a instalação de rádios contestatários, sugerida por Enzensberger, tarda a concretizar-se menos por falta de recursos, veja-se o êxito das emissoras piratas comerciais de baixo custo, que por escasso interesse das sociedades permissivas. Não subestimemos também as lutas internas das ultra-esquerdas, mais empenhadas em se destruírem mutuamente pela dominação do *establishment* oposicionista, que no combater o *establishment* situacionista maior, já controlando o Estado. Esquecidas ou subestimando a “indústria da consciência”, por trás ideologicamente da “indústria do conhecimento”,³¹ Geradoras do que Ralf Dahrendorf chega a considerar até uma “classe de educadores”, composta por “aqueles trabalhando tempo-integral em instituições educacionais, onde ensinam, aprendem ou pesquisam”. Grupo social inquieto, mercurial, uma espécie de “sismógrafo” da nova sociedade em gestação.³² Categorias diversas e se superpondo, a da “consciência”, já referida, e a do “conhecimento” segundo a sociologia de Daniel Bell e a economia de Fritz Machlup, mais referente a uma sociedade de serviços centrada em torno da informação comercializável. Consciência equivalente à opinião pública, conhecimento análogo ao *know-how*, nos sentidos expostos.

Seria o começo da superação do fosso, aceito pelos intelectuais desde a Idade Média como preço pago por sua liberdade, diante

³⁰ Enzensberger, H. M., ob. cit., pp. 79, 96, 95 e 80.

E de Baudrillard. *À l'ombre des majorités silencieuses ou la fin du social*, Paris. Cahier d'utopie quatre, à l'Imprimerie Quotidienne, 1978, pp. 106, 107 e 105.

³¹ Schramm, Wilbur, “The Effects of Mass media in an Information Era”, *Propaganda and Communication in World History* (tomo II: *A Pluralizing world in formation*), ob. cit., p. 297.

³² *The New Freedom (Survival and Justice in a Changing World)*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1975, pp. 30 e 43.

dos poderes eclesiásticos e civis. Na síntese do medievalista Jacques Le Goff: “O príncipe reservou para si a vida civil. Os humanistas servem-no freqüentemente, mas abandonam-lhe sempre a direção da sociedade.”³³

Assim se fecha um ciclo do itinerário dos intelectuais, iniciado pelos mandarins na China, como pessoas necessárias porque sabiam ler, dominavam o complicado alfabeto idiogramático, cuja interpretação era seu instrumento de prestígio e influência. Mas não tinham a paixão pelo poder, condição fundamental para ser um político, mostra-o Max Weber.

No Ocidente, os letrados foram convocados à Corte, a partir do século XVII. Até o Renascimento, pouco antes, eles teimavam em querer pairar sobre os acontecimentos, em troca da segurança pessoal, como se viu no caso máximo de Erasmo, segundo o relembra ainda Le Goff.

Os juristas logo se demonstraram os mais úteis dos intelectuais, como o tinham sido para os césares do Império romano: “a revolução da coisa pública, entendida essa expressão em termos de progressão, no sentido de uma forma estatal racional foi, em todos os lugares, obra de juristas esclarecidos”. Até que, dentro do próprio estamento neomandarínico jurídico, pressentiu-se o irrompimento de novas fontes de poder no horizonte, necessitando de forma legal. “Desde essa época, o advogado moderno e a democracia estão ligados.” De início na defesa individual, depois, das liberdades públicas. Por isto, “nada tem de fortuita a importância dos advogados na política ocidental, após a aparição dos partidos políticos. A empresa política, dirigida por partidos, não passa em verdade de uma empresa de interesses”³⁴ concluía Max Weber no limiar da Era da Telemática. Nesta, desde os seus primórdios, o pré-cientista social, na pessoa do jurista, se transformava com crescente freqüência em jornalista, ao comparecer à imprensa para defesa de causas públicas.

Sua genealogia se apresenta expressiva, inclusive no pináculo de ação de Karl Marx, repercutindo tão intensamente, ele próprio um *scholar* ou *Gelehrter* de formação universitária, com tese de doutoramento defendida e já um jornalista militante político de massas. Não se subestime, nem se esqueça, a fundação da *Gazeta Renana*, a *Rheinische Zeitung*, por ele e Arnold Ruge. Nem

³³ *Os intelectuais na idade média* (do francês *Les intellectuels et le moyen-âge*). Lisboa, Editorial Cor, 1973, pp. 74-77 e 172.

³⁴ *Ciência e política: duas vocações* (do alemão *Wissenschaft als Beruf und Politik als Beruf*), Editora Universidade de Brasília, 1983, pp. 75-78.

o seu trabalho de correspondente europeu de nada menos que a *New York Tribune*. . . Nova tradição chegando à Era da Telemática nas pessoas de um Walter Lippmann,³⁵ um Raymond Aron, também um Ralf Dahrendorf, jornalistas políticos e não só cientistas sociais engajados ainda mais no envolvimento partidário, John Reed por exemplo. São eles, como indivíduos quase tipos-ideais, os protagonistas da transição do antigo mandarim medieval-renascentista, rumo à nova classe de educadores pela informática. Por assim dizer, neomandarins agora eletrônicos. . .

É que, mostra-o a chamada "equação de Lasswell", a questão fundamental consiste aqui no seguinte: "Quem diz o que a quem, através de qual meio, com que efeito?"³⁶

Por mais que grandes empresas ou partidos políticos tentem dominar os meios de comunicação de massa, suas contradições internas são tão imensas, que forcem, mais que meramente permitam, uma intensa permeabilidade. Resultando em transparência, que deveria ser radicalizada pela participação intensa e extensa da sociedade civil na elaboração da opinião pública, em vez de limitar-se a objeto transformável. . .

Tendem então a irromper o que Daniel Lerner chamou de "revoluções das expectativas crescentes" e, sua contrapartida, "as revoluções das expectativas frustradas". O Estado tenta de novo mediar, galvanizando "o monopólio da atenção", mas em proveito, como sempre, dos que o dirigem. Harold D. Lasswell implicitamente o reconhece, ao concluir que "a proposição essencial é que, se o potencial humano de dignidade e criatividade tiver de realizar-se, o instrumental de simbolização precisa ser usado para manter vivo o pluralismo de autoridade e controle, que evita a absolutização do poder político".³⁷ Eis o problema crucial dos mídia ou meios de comunicação de massa.

Estados relativamente abertos, como o neoliberal/social-democrático francês, começam a interessar-se pela questão.

Já Valéry Giscard d'Estaing encomendara um relatório sobre a informatização da sociedade, a que ele presidia, colhendo respostas análogas às obtidas pelas pesquisas de *scholars* alemães e estadunidenses. . .

³⁵ Vide Ronald Steel, *Walter Lippmann and the American Century*; Boston-Toronto; Little, Brown and Company, 1970; *passim*.
³⁶ Apud Schramm, W., *ob. cit.*, p. 298.
³⁷ "The Future of World Communication and Propaganda", *Propaganda and Communication in World History*, *ob. cit.*, tomo II, pp. 517, 521 e 533.

No documento parisiense se começava constatando a passagem da mera informática a uma complexa telemática, oriunda das combinações dos computadores e redes de transmissão. "A informática sai do gueto", elitista, projetando-se nas grandes massas. Com o resultado básico de incrementar não só a produtividade, quanto também as lutas pela distribuição do produto: "sociedade de alta produtividade, sociedade conflitual". Com implicações de mais amplo lazer de novo tipo, em tempos já próximos da jornada de trabalho de duas horas, ou metade da semana sem trabalho. . . Então, a apropriação dos "fatores culturais" se tornará "o motor da história". "Na sociedade de alta produtividade, uma informação rica e repartida deve compatibilizar a espontaneidade dos grupos sociais e o inevitável peso das coerções." Mas seu equilíbrio é difícil.

A informática telematizada abala a cultura e o poder individualista do acesso privilegiado às informações. Os bancos de dados, disponíveis a todos, poderão minar a força das "castas tecnocráticas". "A revolução telemática — concluem Simon Nora/Alain Minc, encarregados do relatório francês — terá consequências hoje imprevisíveis."³⁸ Serão possíveis, até inevitáveis, as sincronizações imediatas com a opinião pública mediante pesquisas diretas e freqüentes, numa espécie de retorno à antiga democracia direta, renovada eletronicamente por intensa participação mais generalizada que nunca, como previu Fernando Henrique Cardoso.³⁹

Utopia? Só ela exorciza a antiutopia orwelliana do totalitário controle das mentes pelo Estado oligárquico. . . A média dos resultados configurará a realidade.

Os conflitos se institucionalizarão, passando à rotina, nem por isto menos desafiante e reconstrutiva,⁴⁰ numa sociedade aberta mas canalizando suas energias conflituais. Nela a transparência desempenhará papel fundamental, ao consumir a permeabilidade intrínseca às contradições intersistêmicas. Aqui o difícil vai ser a legalização do acesso ao segredo de Estado e ao segredo industrial,

³⁸ Simon Nora/Alain Minc, *L'informatisation de la société (Rapport à M. le Président de la République)*, Paris, La Documentation Française, 1978, pp. 3-6, 17, 22, 113-115, 122, 124 e 118.

³⁹ "Em busca da utopia", *Ele e Ela*, Rio de Janeiro, ano XII, n.º 142, janeiro, 1981.

⁴⁰ Ralf Dahrendorf insiste nisto, desde sua tese de doutoramento (1957), traduzida também ao português: *As classes e os conflitos na sociedade industrial*, Editora da Universidade de Brasília/Fundação Roberto Marinho, 1982, *passim*.

pele menos na medida em que ameacem prejudicar os direitos individuais ou mesmo de comunidades inteiras. E o caso dos registros políticos de pessoa física, permitindo-lhes no mínimo o conhecimento para direito de defesa.

Por outro lado, o lazer ocupará espaço crescente, em meio a profissões intercambiáveis, graças à simplificação das operações através do denominador comum do computador.

E a abundância também poderá vir a ser rotina.

Enfim, as formas e o próprio conteúdo da vida social passarão por profundos câmbios. A informática telematizada é, cada vez mais, um meio de produção, por intermédio da generalização do conhecimento gerador de *know-how*. Pormenor que vem escapando à atenção tanto dos seus mecanicistas entusiastas, quanto dos seus detratores supostamente dialéticos. Ela tanto pode servir à mudança social, quanto ao seu controle, dependendo de quem a domine.

Ao nível de meio de produção, a informática telematizada brota de uma sociedade e a ela retorna transformando-a e transubstanciando-a. Agora noutra ciclo qualitativamente novo, ainda pouco estudado em suas complexas repercussões políticas e culturais. As quais os vários povos não poderão chegar uniformemente. Cada qual estará percorrendo itinerário característico das suas limitações e auto-superações. Rumo, todos, a sociedades de massa urbanizadas inclusive com a tecnicização da agricultura, pós-industriais e planetárias.

A revolução telemática no Brasil

Antes de mais nada se coloca o problema da tecnologia própria, nos países ingressando na Era da Telemática. O Brasil, por suas notórias dimensões de território e população, não pode deixar de fabricar seus próprios equipamentos. Grandes esforços vêm sendo realizados, pela Secretaria Especial de Informática, para garantir reserva de mercado, que viabilize a produção nacional em grande escala, tanto através da iniciativa privada, quanto pelo Estado. Mesmo assim o tema continua em discussão e não é o lugar, a presente pesquisa, para discutir suas tecnicidades.

Fixemo-nos no seu impacto enquanto "indústria de consciência", geradora de conhecimentos e opinião pública. Neste nível, temos naturalmente de começar também pelo meio de comunicação mais antigo, o livro.

O livro no Brasil

Não se sabe exatamente, no momento, quantas livrarias existem no Brasil, inclusive porque se acham misturadas a papelarias e farmácias como pontos de venda livreira. De qualquer modo, parece um mito pessimista a afirmação de que não passam de 500 em todo o país, menos portanto que em Buenos Aires, muito menos que nas principais cidades da Europa e Estados Unidos. O Instituto Nacional do Livro está começando agora seu primeiro levantamento completo.⁴¹

Mas o INL dispõe de vários outros dados fundamentais.

Em 1980, existiam no Brasil 481 editoras, que lançaram, naquele ano, 13.267 títulos, com uma tiragem total de 242.912.611 exemplares. Cifra que aparenta ser demasiado alta, porém que se explica partindo do fato da predominância do livro didático e da literatura infanto-juvenil (95.358.137 e 54.443.031 respectivamente), mais da metade do conjunto das edições.

A literatura, para adultos, vinha em terceiro lugar: 34.491.232 exemplares. As ciências aplicadas, com 20.443.860, em quarto (dentro delas, quase a metade, obras de medicina). Só em quinto lugar apareciam as ciências sociais e, dos seus 8.452.372 livros, nada menos de 4.386.462 couberam a edições jurídicas, seguidas pelas de economia e outras.

A maioria das publicações saiu em forma clássica, tradicional, por conta dos livros didáticos. Os fascículos, logo depois, com 24,99%; os livros de bolso, 10,15%; enfim as coleções respondendo por 4,65%.

No ano seguinte, houve 5.313 primeiras edições, 1.852 reedições e 4.354 reimpressões, entendidas como novas tiragens de cada uma no mesmo ano. Mas ficaram sem pormenores 1.057 edições, nesta atividade cultural-econômica ainda muito imprecisa.

Assim não se pode verificar, com exatidão, o impacto da atual crise econômico-financeira sobre as editoras, por causa inclusive do atraso nos dados. Em 1981, não diminuiu sensivelmente o número de editoras, porém o volume das suas publicações caiu para 12.576 títulos. E a retração foi maior quanto aos autores estrangeiros, que em relação aos nacionais. Pois não é verdade que predominem os autores estrangeiros. Dos títulos de 1980, 8.936 foram de autores nacionais; 4.318 os traduzidos; e 13 sem informação exata.⁴² Tendência, aliás, bem antiga. Já em 1975 se

⁴¹ Informação do Instituto Nacional do Livro, Brasília.

⁴² Informação do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Rio de Janeiro.

publicavam 603 nacionais diante de 284 títulos estrangeiros. Herberto Salles, Presidente do Instituto Nacional do Livro, explica: "O que faz parecer que o autor estrangeiro é, no Brasil, mais editado que o autor brasileiro, é que o autor estrangeiro predomina em tiragens".⁴³ Noutras palavras, o *best-seller*, mais frequentemente de fora que o nacional.

Por aí começa a transparecer a problemática das editoras brasileiras. Elas não têm economia de escala. Com exceção do livro didático, são empresas artesanais. Seu ponto mais fraco está no elo da distribuição. Exemplos típicos do seu rompimento foram as concordatas da Companhia Editora Nacional, que fraquejou inclusive sua área didática quando houve uma crise interna de gerenciamento, e principalmente da Livraria José Olympio. Já a Editora Universidade de Brasília enfrentou o problema da distribuição, pela primeira vez com êxito no Brasil, através da mala direta, que chega a baratear quase 40% dos custos totais. Outras soluções vêm sendo propostas, como os quiosques desenhados por Oscar Niemeyer para Ênio Silveira na Civilização Brasileira.

No final das contas, como exemplo máximo da problemática do livro no Brasil, aponte-se o fato de uma primeira edição ensaística ou literária no Brasil, bem como até a maioria dos *best-sellers*, alcançarem as mesmas tiragens dos equivalentes em Portugal: 3.000 e 10.000 exemplares respectivamente,⁴⁴ apesar da população brasileira ser doze vezes maior...

Porém existem pelo menos princípios de solução a curto prazo: todo um programa de subsídios às editoras, iguais aos desenvolvimentistas, partindo-se do pressuposto que a cultura é o maior capital. Bem como dispensa seletiva de impostos com o mesmo objetivo. Mais co-edições num diversificado contexto de incentivos.

Só assim se começará a gerar um seguro processo de realimentação permanente a este importante setor da "indústria de consciência", o mais antigo e ainda o mais profundo, ao propiciar maior reflexão. Neste sentido, está para ser descoberto o que o substitua. E longe de esgotar-se num país como o Brasil, onde há apenas umas 3.000 bibliotecas públicas, a maioria muito precária e necessitando assistência do Instituto Nacional do Livro, concedida dentro dos disponíveis recursos limitados.

⁴³ Parecer ao Processo n.º 23004.000039/84-8 no Conselho Federal de Cultura.

⁴⁴ "Atíngir os 10 mil (exemplares) entre três meses e um ano", *Expresso*, Lisboa, 28 de janeiro de 1984.

Informação também do Instituto Português do Livro, dirigido pelo escritor António Alçada Batista.

O rádio no Brasil

O rádio continua sendo o maior meio de comunicação de massa no Brasil.

Enquanto há 92 estações de televisão, dirigindo-se a 18 milhões de aparelhos de recepção, existem 1.071 radioemissoras para 45 milhões de receptores.⁴⁵

Não se tentou, até o momento, a estatização do setor. As rádios de propriedade governamental, como a Nacional e a Ministério da Educação, atingem grande audiência, principalmente a primeira. Contudo não se foi ao extremo de certos países da Europa, mesmo capitalista, onde o público, exausto de burocratismo também nesta área, terminou apelando para as chamadas "radiopiratas" ou "radioalternativas" cada vez com maior audiência.⁴⁶

O barateamento dos receptores transistorizados, colocando-os ao alcance praticamente de quase toda a população adulta, ao lado da baixa de custos dos equipamentos transmissores, fazem com que o rádio mantenha sua liderança, transmitindo músicas de *disc-jockeys*, noticiários, entrevistas e até doutrinação religiosa a ínfimo custo de produção de programas.

A sua popularização leva a uma possibilidade de melhoria em correlação direta à elevação do padrão cultural médio, num mútuo efeito. Desde que se distingam popularização, neste sentido, e massificação de mau gosto do tipo de programas sensacionalistas, como os de fundo policial.

Jornais e revistas no Brasil

Em 1831, o Brasil dispunha de 50 jornais. Cento e cinquenta anos depois, mais de 1.400, dos quais 338 diários, com a tiragem total de mais de 4 milhões de exemplares. Donde, só 3,5% da população os lia, menos que os 10% considerados mínimos, pela UNESCO, para se declarar realmente moderno um país por tal parâmetro.

⁴⁵ "Brasil" por Mark Journey, Susan Bruce e Robert N. Pierce, *World Press Encyclopedia* de George Thomas Kurian, New York, Facts on File, 1982, tomo II, p. 153.

⁴⁶ Vide a propósito a situação na França, segundo Frank Ténot, *Rádios privadas e rádios piratas*, Paris, Denoël, 1977, e Jean Emmanuel/Muriel Ray, *Corsaires des ondes*, Paris, Editions du Cerf, 1978. O debate existe praticamente em toda a Europa Ocidental. Vide, por exemplo, "Legalização agita as ondas", *Expresso*, Lisboa, 21 de janeiro de 1984.

Assim, o que parece muito, diluiu-se.

Noutro exemplo: cerca da metade dos jornais sai nas capitais de estado, onde têm 95% da sua circulação.

Ao mesmo tempo, há no Brasil cadeias modernas do porte dos Diários Associados, fundada por Assis Chateaubriand e continuada por seus herdeiros e condôminos. As tiragens maiores são comparativamente expressivas. Eis as médias de circulação dos maiores diários:⁴⁷

<i>O Dia</i> (Rio de Janeiro)	320.000
<i>Folha de S. Paulo</i> (SP)	300.000
<i>O Globo</i> (RJ)	250.000
<i>O Estado de S. Paulo</i> (SP)	210.000
<i>Jornal do Brasil</i> (RJ)	170.000
<i>Folha da Tarde</i> (SP)	160.000
<i>Diário Popular</i> (SP)	150.000
<i>Notícias Populares</i> (SP)	140.000
<i>Jornal da Tarde</i> (SP)	120.000
<i>Estado de Minas</i> (Belo Horizonte)	110.000
<i>O Correio do Povo</i> (Porto Alegre)	81.500
<i>Gazeta Mercantil</i> (SP)	60.000
<i>Correio Braziliense</i> (Distrito Federal)	58.000
<i>Diário de Pernambuco</i> (Recife)	56.200
<i>A Tarde</i> (Salvador)	35.500
<i>O Povo</i> (Fortaleza)	35.000
<i>A Gazeta Esportiva</i> (SP)	30.000
<i>Jornal dos Esportes</i> (RJ)	30.000
<i>Brazil Herald</i> (RJ)	30.000
<i>Latin American Daily Post</i> (RJ)	30.000

Evidentemente a coincidência em tiragens, nos últimos casos ou quase noutros, demonstra grande relatividade. São dados aproximados, médios, flutuantes conforme fases ou mesmo momentos da vida local e/ou nacional. E a recente duplicação dos leitores em inglês indica a internacionalização da elite executiva, seja através de estrangeiros residentes, seja de brasileiros operando em sintonia com os grandes centros financeiros. Lembre-se também a penetração daqueles dois diários na América Latina em geral, como a *International Herald Tribune* de Paris o faz na Europa. O que projeta continentalmente a liderança de São Paulo e Rio de Janeiro vem do fato de os jornais destas megalópoles, hoje mais que metrópoles, além de se terem consolidado, como mentores da elite

⁴⁷ "Brazil", *World Press Encyclopedia*, ob. cit., pp. 153 e 156. Os dados referentes ao *Correio Braziliense* e alguns outros jornais foram revelados pessoalmente.

nacional, serem encontrados nas bancas das principais cidades em todo o Brasil, por via aérea, no mesmo dia.

Quanto à hora do aparecimento dos maiores diários, desapareceram as grandes tiragens vespertinas por causa dos novos horários de trabalho intensivo dos leitores; agora são em geral matutinas. Mas a distribuição, fora do esquema de assinantes, é também um fator limitante dos jornais. O transporte, por avião, impõe certo encarecimento.

A *Gazeta Mercantil* vem tentando um novo e importante caminho, ao adotar a transmissão do seu texto por raio laser de São Paulo a estações descodificadoras no Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Salvador. As suas várias edições se tornam quase simultâneas, porque ainda é possível a inserção de algumas seções locais. O que não diminui consideravelmente sua concentração de anunciantes e assinantes paulistas.

Mesmo assim, nos países que há muito adotaram este e outros métodos — dos Estados Unidos, com dimensões continentais, à Espanha e República Federal da Alemanha de porte médio — são poucos os jornais de circulação nacional. O *Jornal da Praia*, da Zona Sul carioca, chega a 80.000 leitores como inúmeros *Shopping News*, meras folhas de anúncios locais, que nem por isto devem ser subestimados. Antes da sua reforma, o *Jornal do Brasil* girava mais em torno das páginas de classificados e a *Gazeta Mercantil* está se diversificando. Ainda há muito espaço para continuadores das inovações jornalísticas de um Iânio de Freitas, um Odylo Costa, filho, um Alberto Dines, um Cláudio Abramo.

Quanto aos grandes semanários de circulação nacional, tinham a sede no Rio de Janeiro, *Manchete* e antes *O Cruzeiro* que, no auge, quando não existiam outros, chegou a atingir a tiragem de 500.000, espantosa para a época. E com uma edição em castelhano para a América Espanhola.

O seu mercado interno brasileiro duplicou e continua se expandindo. Segundo o Instituto Verificador de Circulação, era este o quadro em 1983, em termos também de circulação paga, além das revistas eróticas, menores, exceto a internacional *Playboy*, apesar das aparências em contrário:

<i>Veja</i> (São Paulo)	497.474
<i>Visão</i> (SP)	151.664
<i>Manchete</i> (Rio de Janeiro)	123.123
<i>Isto É</i> (SP)	109.695
<i>Senhor</i> (SP)	23.500

Ressalta imediatamente a concentração dos semanários ainda mais em São Paulo, hoje uma megalópole maior que países inteiros do porte da Venezuela, num estado mais populoso que a Colômbia. Além de sozinho ir se aproximando demograficamente das dimensões de todo o Nordeste do Brasil. E se forem somadas as populações estaduais sob direta influência econômica de São Paulo e consumidoras imediatas da sua "indústria de consciência" (Paraná, Mato Grosso do Sul e largos trechos de Minas Gerais), logo se intuirá o impulso deste eixo, numa escala maior que a antes tentada pelo Rio de Janeiro cortesão e burocrático dos tempos do Império e capital federal.

Sua força econômica ecoa imediatamente na quantidade das páginas de publicidade, transparecendo seus anunciantes mais fortes:⁴⁵

Veja	3.942
Manchete	1.733
Visão	1.530
Isto É	1.426
Senhor	508

É mérito da geração de Elio Gaspari e Mino Carta, entre outros, ter descoberto este filão jornalístico no Brasil, contribuindo para a seguinte etapa da "indústria de consciência".

Porém não se deve subestimar a influência também qualitativa das revistas não-semanais, de conteúdo mais sofisticado. Entre elas, as de sentido cultural geral como *Tempo Brasileiro* (RJ), hoje a mais antiga em ininterrupta circulação nacional; *Revista do Brasil* (RJ) em fase de ressurreição; ao lado da *Revista Brasileira* (SP) e *Civilização Brasileira* (RJ), que têm ido e vindo.

Protótipo da influência deste tipo de periódico é a *Revista Brasileira* — nas suas três fases: de 1857 a 1860; a segunda e mais brilhante, dirigida por Machado de Assis, de 1879 a 1881; e a última (1895-1899) quando dela brotou a Academia Brasileira de Letras — bem como *Anhembi* de 1950 a 1962, com Paulo Duarte responsável. Além das que contribuíram decisivamente para irrompimento e afirmação do modernismo artístico.

Por que aqui se coloca a questão da influência da imprensa periódica na opinião, ultimamente em termos de "indústria de consciência".

⁴⁵ "Imprensa. Página Virada. *Gazeta Mercantil* assume *Isto É*", *Veja*, São Paulo, 18 de janeiro de 1984.

A chamada imprensa alternativa atrai a atenção pela qualidade das suas denúncias, em especial nas épocas de censura dos regimes autoritários. Mesmo sob democracias representativas liberais, na medida que sua grande imprensa não publique, por interesses vários, escândalos ético-políticos afetando grandes setores da sociedade. É o caso inclusive da Grã-Bretanha com as denúncias de *The Punch*, ou da França com *Le Canard Enchaîné*, não só do Brasil com *O Pasquim*. Inclusive a União Soviética deixa uma margem para o gênero, com o *Krokodil* de Moscou.

Mas a maioria dos leitores tende a concentrar-se nas páginas de classificados, de cinema, de televisão, de esportes; no máximo nos encartes ou "Cadernos B": lados puramente informativos ou lúdicos do diário. Conseqüência não só da circunstância socioeconômica-política, também do lado humano da festa, tão estudado pela antropologia cultural, bem como do instintivo imediatismo.

Some-se a isto a específica dificuldade da imprensa periódica no regime autoritário do Brasil de 1964 e logo se entenderá a raiz profunda da desconfiança, predominante na opinião pública em relação a ela, como se viu em pesquisa do Instituto Gallup para o semanário *Veja*, vinte anos após. Ali se verificou um déficit de —15% em relação à imprensa, pois, para 40% dos que dizem "confiar/acreditar sempre ou na maior parte do que dizem", de-fre-tavam-se 53% proclamando "confiar/acreditar muito pouco ou em nada do que dizem".

É bem verdade que a televisão (com —28%) e a propaganda em geral (—39%) se situam ainda mais abaixo na credibilidade. O que surge explica-se por motivos políticos e econômicos a juízo dos próprios diretores e editores de jornais.

Para J.B. Lemos, por exemplo, editor do *Jornal do Brasil*, "o baixo índice de credibilidade da imprensa tem tudo a ver com a situação que atravessamos há vinte anos". "Os jornais, de um modo geral, refletiram os fatos de forma (in)desejável, simplesmente porque os fatos lhes eram negados, pelo subterfúgio, pela ocultação ou pela proibição pura e simples de divulgá-los." Semelhante o juízo de outro experiente jornalista, Evandro Carlos de Andrade, diretor de redação d'*O Globo*, para quem "a peculiaridade da imprensa está no fato de ela ser uma repassadora de informações e, portanto, uma boa parte das falsidades que aparecem na imprensa é cometida por pessoas que deveriam ter fé pública". Portanto, "quando um jornal publica uma informação errada pela boca de uma autoridade, acaba sendo atingido pelo descrédito".

Otávio Frias Filho, da *Folha de S. Paulo*, vai mais longe, reconhece que os "mídia são vulneráveis às pressões econômicas", concluindo achar "muito bom que a população desconfie de sua imprensa, assim como é saudável que ela mantenha uma atitude crítica em relação ao governo e às demais instituições".

Mas um estudo da Sociedade Americana de Editores, publicado em maio de 1982 pela revista *Editor & Publisher* dos Estados Unidos, comentado por Miguel Jorge, da editoria d'O *Estado de S. Paulo*, acrescentava um fator interno contribuindo para esta baixa credibilidade: "Os jornalistas são céticos quanto à inteligência do público." "Vivem isolados da comunidade, superestimam o desejo de notícias sensacionalistas, rejeitam críticas públicas e rejeitam a pesquisa como forma de medir a confiabilidade."⁴⁹

Estranho paradoxo, o de certos comunicadores, unilaterais apesar de viverem protestando contra o autoritarismo, mas que o exercem, ao tentarem impor seus dilematismos e/ou doutrinarismos, além da medida aceita pelos comunicados...

O problema se repete em escala internacional.

Todas as sociedades, com economia baseada na iniciativa privada, ou mesmo estatal mas sob critérios empresariais privatistas, enfrentam esta mesma problemática. Ao nível de economia estatizada, para que ela se torne realmente nacionalizada, são necessários comportamentos de socialização (autogestão, controle partidário, etc.), cuja discussão não cabe aqui, em indagações sobre o Brasil e países afins. A indiferença pela cultura letrada, como se já estivesse superada a literatização como fato social, leva por exemplo a maioria dos diários brasileiros a suprimir os suplementos literários, enquanto continuam vivos nos *Book Reviews* do *Washington Post* e congêneres, em *Le Monde Littéraire* e outro tanto no *Figaro*, bem como nos *Feuilletons* de idioma alemão. Insuficiências da socialização.

Semelhanças internacionais

Há uma tendência mundial a serem poucos os diários de circulação nacional. Inclusive nos Estados Unidos, não passam de três ou quatro (*The New York Times*, *The Wall Street Journal*, *The Washington Post*, *The Christian Science Monitor*). Há mesmo surpresas: o *Monitor* ultrapassa as vendas do *New York* em cerca de 35 estados!

⁴⁹ "A imprensa julgada", *Veja*, 11 de abril de 1984.

São complexos os critérios de aferição das tiragens e qualidades dos diários estadunidenses.

Em termos de tiragens, são aqueles os maiores, embora diluíveis no contexto de cadeias a que geralmente pertencem; em função da qualidade das suas matérias ou nível elitista dos seus leitores, as variações apresentam-se ainda mais profundas. Nas várias listas feitas por diversas fontes (*Saturday Review*, *Time* e *World's Great Dailies*), repetem-se por exemplo *The Chicago Tribune*, *Los Angeles Times*, *The Miami Herald*, *The Boston Globe*, *The Atlanta Constitution*, *The (Baltimore) Sun* e outros de circulação regional na Nova Inglaterra, Sul, Meio-Oeste e Extremo Oeste.

Apesar de jornais ligados freqüentemente a agências de notícias, estações de TV e emissoras de rádio em conglomerados de informática, costumam também nos Estados Unidos ser as revistas os periódicos de maior tiragem. Acima de 10 milhões de exemplares, quase atingindo 20, o *TV Guide*, seguido de perto pelo *Reader's Digest* com quase outro tanto em edições internacionais, e o *National Geographic*. Só por critérios elitistas podem ser considerados *Time*, com pouco mais de 4 milhões, *Newsweek*, com quase 3, *Fortune* e *U. S. News & World Report*, todos muito abaixo das tiragens de inúmeras revistas de decoração, femininas ou eróticas.⁵⁰

O tipo de público leitor, pessoas que decidem ou influenciam decisões, é a única aferição capaz de levar em conta aquelas publicações de menor circulação. E numa economia maciçamente capitalista, como a estadunidense, opera-se em grande escala a tendência à concentração do capital também nos mídia, dando margem ao aparecimento dos gigantescos conglomerados. Raramente um grande jornal ou revista se acha isolado como empresa. Algumas destas cadeias chegam a ser legendárias, como o Grupo Hearst ou o Newhouse,⁵¹ inspiradoras de Assis Chateaubriand nos Diários Associados.

⁵⁰ "United States" por George Kurian, *World Press Encyclopedia*, ob. cit., tomo I, pp. 960, 958 e 969.

⁵¹ Há uma série de histórias dos grandes jornais e cadeias estadunidenses de informática, desde Meyer Berger, *The Story of the New York Times (1851-1951)*, New York, Simon and Schuster, 1951, a Gay Talese também sobre o mesmo jornal, *The Kingdom and the Power*, New York, World Publishing Company, 1969, até Richard H. Meeker, *Newspaperman (S. I. Newhouse and the Business of News)*, New Haven e New York, Tickner &

Na Grã-Bretanha também predominam não só as revistas várias, quanto, em termos de diários, os chamados "populares" diante dos "qualities"⁵², jornais sensacionalistas até o escândalo, e os reflexivos:

"Populares"	
<i>The Sun</i>	4.077.891
<i>Daily Mirror</i>	3.355.688
<i>Daily Express</i>	2.034.396
<i>Daily Mail</i>	1.894.460
<i>Daily Star</i>	1.390.628
<i>Morning Star</i>	30.345
	12.783.408

Estes são do tipo de *O Dia*, ou no máximo como as *Notícias Populares*. Idêntico fenômeno se repete na República Federal da Alemanha, com as maiores tiragens da *Bild-Zeitung* em toda Europa, nada menos de 5 milhões de exemplares diários, diante da *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, *Sueddeutsche Zeitung* e *Die Welt* de Hamburgo, os mais próximos em idioma alemão, com cerca de 300.000 cada...⁵³ E não esqueçamos a repetição do caso até na Suíça, onde o equivalente de *Bild*, um certo *Blick*, aparece com 272.000 exemplares, seguido por três diários locais (*Tages-Anzeiger Zuerich*, 260.000; *Tagblatt der Stadt Zuerich*, 186.000; e *Berner Zeitung*, 120.000), só depois, em quinto lugar de circulação, a tradicional e internacional *Neue Zuericher Zeitung* com 115.000... Quanto à imprensa em francês ou italiano, para 18% e 12% da população respectivamente, ela só pode vir muito atrás da que serve a 65%.⁵⁴

Isto contribui também para desmistificar a imagem de superculturalização de certos países, pois o fenômeno se estende a vários outros como a Suécia, igualmente apresentada como protótipo perfeccionista, quando na realidade ali se vem clamando, da mesma forma, contra o consumismo vulgarizante. Um relatório do Conselho de Pesquisa Humanística de Estocolmo concluía, mesmo dramático: "Sob o ponto de vista humanístico, estamos a ponto de regressar à barbárie."⁵⁵

⁵² *The Press in Britain*, Reference Service Central Office of Information, Londres, 1984, p. 3.

⁵³ "West Germany", George Kurian, *World Press Encyclopedia*, ob. cit., tomo II, pp. 376-378.

⁵⁴ "Switzerland", Harold Fisher, *idem*, tomo I, pp. 843 e 841.

⁵⁵ Vide Gunnar Adler-Karlsson, *El socialismo Juncional en Suecia*, com prefácios de Tage Erlander e Gunnar Myrdal, na versão castelhana pela editora Paidós de Buenos Aires, 1975, p. 148 e *passim*.

As leis de mercado são implacáveis. Não escapa nem *The Times*, o arquétipo jornal por antonomásia...

Na verdade, os quatro grandes diários britânicos de qualidade (*qualities*) remontam aos séculos XVIII e XIX e são, portanto, os jornais de mais antiga circulação no mundo. Ao mesmo tempo, periódicos sempre elitistas, de pequenas tiragens, entre os quais *The Times*, fundado em 1785, e *Financial Times* (de 1888) também do mesmo grupo, figuram em último e penúltimo lugar em número de exemplares, como se vê em seguida:⁵⁶

<i>The Daily Telegraph</i> (1855)	1.305.575
<i>The Guardian</i> (1821) (Manchester)	420.271
<i>The Times</i> (1785)	300.700
<i>Financial Times</i> (1888)	202.545

Se acrescentarmos a também restrita tiragem de *The Times Literary Supplement*, o conhecido TLS, mas apenas entre intelectuais, porque se trata de semanário em função basicamente de assinantes no mundo inteiro, logo entenderemos como o Grupo *The Times-Financial Times-TLS* se dirige realmente à elite britânica em especial, de língua inglesa, em geral espalhada por muitos países.

Aos domingos, acrescenta-se o *Sunday Times* ao conglomerado, como o periódico de maior circulação entre os de qualidade no fim de semana (1.314.713 diante do *Sunday Telegraph* com 850.326 e *The Observer* com 845.431). Tiragens que surgem pequenas diante das de novo maciças dos populares.⁵⁷

<i>News of the World</i>	4.314.008
<i>Sunday Mirror</i>	3.666.250
<i>Sunday People</i>	3.483.183
<i>Sunday Express</i>	2.929.757

É a continuação da ofensiva dos mesmos proprietários e do mesmo estilo sensacionalista dos *populares* diários como *The Sun*. Não se tem ainda exata a tiragem do novo *The Mail on Sunday*.

E mesmo num Estado de porte médio como a Grã-Bretanha, só estes jornais londrinos são nacionais. Existe até um local, *The Standard*, fusão em 1980 do *Evening Standard* (1827) e *Evening News* (1881), com 569.000 exemplares diários. Ao lado doutros

⁵⁶ *The Press in Britain*, ob. cit., p. 3.

⁵⁷ *Idem*, p. 3.

de circulação regional como *Manchester Evening News* e *Birmingham Evening Mail*, com tiragens na casa dos 300.000, enquanto o *Glasgow Herald* e *The Scotsman* vão a mais de 700.000 cada, transbordando as fronteiras da Escócia. Só há subsídios governamentais para a imprensa em galês, na realidade abaixo dos 100.000 exemplares.

Mas as vendas maciças cabem aos semanários *Radio Times* e *TV Times Magazine*, com mais de 3 milhões cada, seguidos pelas habituais revistas de moda feminina e decoração doméstica, ficando os hebdomadários de opinião, à maneira dos estadunidenses *Time* e *Newsweek*, muito no fim da lista de tiragens através de *The Economist*, *New Statesman*, *Spectator* e outros. O próprio *Punch*, humorístico político, e de costumes como *Le Canard Enchaîné* francês, situa-se ao nível dos 100.000.⁵⁸

Assim se entende a profunda crise que paralisou *The Times* durante algum tempo, vítima da concorrência na sua própria faixa qualitativa, pois sua tiragem permanecera estática, enquanto cresciam as dos demais numa média de 10% ao longo de um década. Até que, para enfrentar a competição, *The Times* teve de acelerar sua computadorização, num *rush* apelidado de *big bang* pelos sindicatos revoltados com o desemprego daí resultante.

As sucessivas greves, agravando a natural demora da amortização dos investimentos, descapitalizaram o grupo proprietário, Thomson British Holdings, obrigando-o à venda ao *press lord* australiano Rupert Murdoch, que herdara do pai, Lord Keith, uma cadeia de populares no seu país de origem. Mas Rupert Murdoch também fundou o *quality The Australian*, e transpusera o oceano para adquirir, nos Estados Unidos, o *New York Post*, *Star*, *New York Magazine* e *Village Voice* de Greenwich Village. Sua entrada no mercado britânico foi através da compra do *News of the World*. Depois *The Sun*. Aos quarenta e nove anos de idade, era dono de *The Times*.⁵⁹ Cabeça da outra grande cadeia europeia de periódicos, ao lado do Grupo Axel Springer do *Bild* e *Die Welt* na Alemanha Federal.

A modernização tecnológica contribuiu para mais um passo rumo à concentração de empresas em conglomerados. Um empresário, capitalizado na periferia, alcançava condições para investir,

⁵⁸ *Ibidem*, pp. 3, 2 e 4.
⁵⁹ Vide Oliver Woods e James Bishop, *The Story of the Times*, Londres, Michael Joseph, 1983, pp. 328, 367, 369, 373 e 375-377. A crise propriamente foi descrita pelo último editor do Grupo Thomson, Harold Evans, em *Good Times, Bad Times*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1983.

em duplo sentido, no antigo centro econômico-cultural, ao adquirir algumas das suas principais matrizes de produção da "indústria de consciência" ou opinião pública. Desta vez numa escala transcontinental.

Rupert Murdoch insere-se, como uma luva, na categoria dos chamados empresários tão sombrianos quanto schumpeterianos. Para ele, as inovações, tecnológica e organizacional, são o eixo de tudo. Um depoimento, de perto da sua ação, registra: "A primeira mudança, que ele faz após quase toda aquisição, é cortar os custos, demitindo multidões inteiras de empregados não-essenciais e instalando qualquer novo equipamento que reduza despesas operacionais."

Com a mesma fria objetividade, impõe às vezes guinadas radicais nas próprias orientações dos seus jornais recém-adquiridos, como no caso de *The Sun*, um deficitário diário socialista, logo o de maior tiragem na Grã-Bretanha, através de fulminante adoção de técnicas sensacionalistas. A ponto de um concorrente se ver obrigado a reconhecer: "A medida que (*The Sun*) piora editorialmente, melhora comercialmente" (textualmente: "It gets worse editorially and better commercially").

O que não significa necessariamente uma tendência à distorção ideológica, sistemática numa direção antiintelectualista. Ao comprar *The Times*, Murdoch anunciou que manteria seu alto nível. O que vem cumprindo e não só, neste caso, por motivos conservadores. Seu *Village Voice* prossegue contestatário, como convém a um órgão de Greenwich Village. . . . O problema de Rupert Murdoch é duplo, embora muito simples: baixar os custos, em termos de produção, e vender o máximo de exemplares para conseguir o maior número possível de anunciantes. Fórmula clássica de qualquer periódico, apenas levada por ele às últimas conseqüências nas condições atuais. Usando desde a cultura conservadora até a contracultura, passando por vários sensacionalismos, nas diversas faixas do mercado. . . .

O resultado é o transbordamento do império murdochiano, hoje com mais de oitenta jornais na Austrália, Grã-Bretanha e Estados Unidos, além de duas estações australianas de televisão, quatro editoras, metade das ações da maior empresa de transporte aéreo do seu país e largas fatias em dois consórcios de petroleiras. Suas mais recentes investidas vêm sendo, porque ainda não terminaram, a compra de 7,1% das ações da Warner Communications em Hollywood, que quase lhe permitem já o seu controle, e o audacioso projeto do "Skyband", capaz de conectar receptores domésticos de TV aos vários programas retransmitidos por satélites.

Projeto obrigando-o a gigantescos investimentos, anunciados como rentáveis a partir de 1987. Até agora sem correspondentes lucros em cada etapa.⁶⁰

Mas nem tudo são êxitos na carreira meteórica de Rupert Murdoch. Ele não está, até o presente momento, conseguindo o controle da agência de notícias Reuters, que seria outro elo na sua cadeia informática. Os *press lords* de Fleet Street vêm reagindo a mais este passo da sua escalada.⁶¹

E há um difícil equilíbrio financeiro no seu império.

Se de um lado aparecem *The Sun* da Inglaterra, o *Star* dos Estados Unidos, *The Daily Telegraph* e o Canal 10 da Austrália, bem como o texano *San Antonio Express-News*, respondendo por 88 milhões de dólares, a maior parte do seu lucro, por outro lado o *New York Post*, *The Times*, *The Australian*, o *Daily Sun* de Brisbane e *The Boston Herald* são responsáveis por US\$ 35,5 milhões de prejuízos.⁶² Acrescentem-se as perdas devidas às tentativas falhadas de movimentar o Projeto Skyband e logo se entende a preocupação de Wall Street com os crescentes saques de Murdoch no mercado financeiro, ora perfazendo quase duzentos milhões de dólares.⁶³

Enquanto isto, sobe no horizonte outra estrela empresarial australiana, o *press lord* de aristocrático nome britânico, Robert Holmes à Court, de 47 anos de idade, três a menos de Murdoch, que, nos últimos 15, lançou com êxito, em rápida seqüência, os jornais *Albany Advertiser*, *Adelaide News* e *Western Mail*, já capazes de morder os calcanhares do império murdochiano em sua própria base na Austrália. E faz incursões, cada vez mais numerosas, na bolsa de Londres para comprar ações dos *holdings* da Fleet Street...⁶⁴

São as implacáveis leis de mercado, nos seus ciclos de concentração do capital, de início em custos decrescentes, depois com lucros também decrescentes, até romper-se o equilíbrio e recomençar tudo de novo.

De características próprias é o negócio de periódicos na França. Logo em primeiro lugar aparecem, em maior circulação, os diá-

⁶⁰ Richard J. Kirkland Jr. e Swin Kinkead, "Rupert Murdoch's Motley Empire", *Fortune*, New York, 20 de fevereiro de 1984.

⁶¹ "The Reuters Bonanza", *Newsweek*, New York, 16 de janeiro de 1984.

⁶² Kirkland/Kinkead, ob. cit., p. 68.

⁶³ "Murdoch's Broadside", *Newsweek*, n.º cit.

⁶⁴ "Britain's next Press Lord?", *The Sunday Telegraph*, 19 de fevereiro de 1984.

rios de província, apesar do legendário peso cultural hegemônico, não só econômico e político, de Paris.

Os diários de maior circulação na França não são os prestigiosos *Le Monde* e *Le Figaro* (com 563.585 e 414.792 exemplares respectivamente de tiragem) e sim *Ouest-France* de Rennes com 786.200, seguido por *Le Dauphiné Libéré* de Grenoble com 419.670, quase *Le Progrès* de Lyon (412.487), *La Voix du Nord* (Lille, 410.081) e *Sud-Ouest* (Bordéus, 408.806)... Estatísticas de 1980, modificadas em favor de *Le Figaro* apenas em relação a *Le Monde* nos últimos tempos.

Fenômeno que não vem de agora, corresponde a uma impresentida reação descentralizadora do que os parisienses chamam ironicamente de "províncias": em 1912, havia o mesmo número de quotidianos nelas e em Paris (4 em cada), mas com a tiragem total de 35.000 na capital e apenas 4.000 dos órgãos provincianos ou, melhor dito, provinciais. Já em 1980 existiam 12 jornais em Paris com 2.913.000 exemplares, diante de nada menos de 73 com 7.535.000 espalhados pelas províncias...

E mesmo em Paris o jornal diário de maior circulação é *France-Soir*, tiragem de 569.268. *L'Humanité*, apesar de todo o esforço do relativamente numeroso Partido Comunista Francês, lança quotidianamente um pouco menos de 200.000 exemplares, abaixo de *Le Parisien Libéré* (426.797), *L'Équipe* (329.996) e *Le Matin* (218.049), seguido de perto pelo católico *La Croix* (128.388).

O órgão do PCF recupera-se um tanto no domingo, com *L'Humanité-Dimanche* atingindo cerca de 400.000 de tiragem, mas em oitavo lugar na lista dos semanários, precedido de longe por *Paris-Match* (1.086.817), *L'Express* (613.222), *Le Canard Enchaîné* (557.000), *Le Pèlerin du XX^e Siècle* (523.396), *Le Nouvel Observateur* (472.828), *VSD (Vendredi-Samedi-Dimanche)* com 429.208 e *Le Point* (413.951).

Este é o perfil quantitativo da imprensa francesa. As diferenças entre tiragens e difusão advêm do fato de separar-se a venda em bancas de jornal e as por assinatura, bem como se excluem do cálculo as doações a bibliotecas e as a título de promoção.⁶⁵

Do ponto de vista qualitativo, predominam diários generalistas provinciais. Fora de Paris, existem os socialistas *Le Montagne* (Clermont-Ferrand) e *Midi Libre* (Montpellier). Ligeiramente li-

⁶⁵ Pierre Albert, *La presse française*, Paris, 12 de setembro de 1983, pp. 94, 102, 24 e 108.

berais, alguns outros. Comunista só um, de pequena circulação na Provença.

O liberalismo jornalístico expressa-se em Paris, seja através de quotidianos como *Le Parisien Libéré*, seja pelos hebdomadários *L'Express* e *Le Point* (este nos últimos tempos). Socialistas prosseguem *Le Nouvel Observateur* e *Le Matin*; por assim dizer, liberal de esquerda *Le Monde*.

Certo peso mantém a imprensa católica (*La Croix* e *Le Pèlerin du XX^e Siècle*). E não se subestima a influência conservadora de *Le Figaro* e *France-Soir*, ora com uma edição conjunta, apesar da predominância do generalismo (atitude conservadora?), impregnando desde os diários provinciais a *Paris-Match* e *VSD*. Com as maiores tiragens cabendo, no final das contas, tanto na França quanto nos demais países capitalistas, aos semanários de TV (*Télé 7 Jours*: 2.710.755; *Télé-Poche*: 1.842.252; *Télé-Star*: 1.040.897). E entre os mensários, também como quase em toda parte onde predomina a iniciativa privada, os de maior tiragem são de estórias sentimentais (*Bonheur*: 1.555.295), moda feminina e arranjos domésticos (*Modes et Travaux*: 1.394.238), seguidos de perto pela internacional *Sélection du Reader's Digest* (1.115.515).

Aliás, o gênero sentimentalesco foi industrializado de início, pelos franceses da Livraria Hachette que, já em meados do século XIX, espalhava pelo mundo a "Bibliothèque Rose", de grande êxito no Brasil. Filão reincrementado, em larga escala, na etapa atual da sociedade industrial, em plenas matizes e não só na sua periferia. Para mencionar apenas dois dos maiores exemplos, a editora canadense Harlequin vendeu, em 1982, cerca de 218 milhões de exemplares em 52 países. Só a Holanda, com 14 milhões de habitantes, consumiu 16 milhões de volumes destas estórias.

Muitas explicações caberiam, mas não exatamente aqui, nesta pesquisa ora desenvolvida. São inúmeras as sugestões implícitas nos mídia dos novos tempos. Insista-se pelo menos, com base nos fatos há pouco demonstrados, que não tem a ver apenas com "subdesenvolvimento" a preferência do público leitor por períodos escandalosos como *O Dia*, ou sentimentais do tipo de *Sétimo Céu*. Da França à Grã-Bretanha, passando pela República

⁶⁶ Idem, p. 118.

⁶⁷ "Cor-de-rosa tem sucesso na Europa", despacho da ANSA, *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de fevereiro de 1984.

Federal da Alemanha, a título de alguns exemplos, o fenômeno se repete, generalizando-se a muitos outros casos.

Também do ponto de vista ideológico, as circunstâncias variam fluidamente. Assim, tanto o conservador *Le Figaro* quanto o liberal *Le Monde* acabaram sofrendo grandes impactos econômicos de crise de mercado.

Le Figaro corresponde, em Paris, a *The Times* em Londres. Começou, porém, como semanário satírico, 1854, diário em 1866, logo se tornando um símbolo de moderação republicana, ao mesmo tempo contra legitimistas monárquicos e nacionalistas bonapartistas. Saiu de Paris quando da derrocada de 1940 e sua direção preferiu retirá-lo de circulação de 1942 a 1944, a ter de transformá-lo num órgão de divulgação colaboracionista. Ao contrário do seu concorrente, *Le Temps*, por isto fechado quando do desembarque dos Aliados.

O diretor de *Le Figaro*, durante mais longo período, foi Pierre Brisson de 1934 a 1965, data da sua morte. Quando se revelou a crise em gestação no jornal, ele vinha deixando de ser um símbolo intelectual e político, combinação muito ao gosto francês, como o fora no apogeu do columnismo de François Mauriac, André Siegfried e André François-Poncet. Em seguida, Raymond Aron ao longo de dezoito anos.

Entre 1973 e 1974, *Le Figaro* sofreu grandes prejuízos, por não conseguir pagar o aumento do preço do papel, caindo anualmente de circulação. Foi quando o industrial Robert Hersant adquiriu seu controle acionário, o que não chegou a impedir outra crise em 1981, resultando na saída de Jean-François Revel pouco depois do próprio Aron, até que o atual encaminhamento de uma fusão com *France-Soir*, cada qual guardando título paralelo, começa a reanimar o grande diário.

Outra não é a história de *Le Monde*.

Este surge por delegação do General Charles de Gaulle a Hubert Beuve-Méry, com o objetivo de empreender a restauração de uma imprensa democrática na França. A posse das oficinas de *Le Temps*, é o primeiro passo. E o editorial do primeiro número, em 19 de dezembro de 1944, no ano mesmo da libertação de Paris, surgia como uma espécie de manifesto: "Sua primeira ambição consiste em assegurar ao leitor informações claras, verdadeiras e, em toda medida do possível, rápidas, completas..."

⁶⁸ Raymond Aron, *Memoires*, Paris, Julliard, 1983, pp. 222, 223, 538 e 553.

Mas Beuve-Méry nunca se interessou muito pela política interna francesa, ele que tinha sido correspondente estrangeiro em Praga de 1928 a 1959, onde acumulava funções universitárias. Daí a tendência de *Le Monde*, segundo o jornalista Rodger Kamenetz, "ao contrário da maioria dos jornais, de *obliterar* o presente, seja sondando as obscuridades do passado, seja perscrutando as obscuridades do futuro". Isto é, uma certa inclinação ao ensaísmo doutrinário, às vezes polêmico, induzindo até a rupturas internas na redação, do porte das havidas com Michel Legris e Jean-François Revel, expressas nos seus respectivos livros *Le Monde tel qu'il est*, 1976, e *La nouvelle censure (Un exemple de mise en place de la mentalité totalitaire)*, 1977.

E já cinco dias após seu aparecimento, *Le Monde* recebia frontal ataque do órgão do PCF, *L'Humanité*, acusando-o de concorrer, sem passar pelas agruras da clandestinidade, com os jornais vindos dos subterrâneos da repressão, estes sem qualquer favor governamental.

O "Affaire Gilson" — por conta de vinte e cinco artigos do medievalista católico Étienne Gilson defendendo o neutralismo ao longo de 1948 e 1950, quando se discutia o início da aliança militar atlântica — foi outro momento de grande polêmica de *Le Monde*. O próprio De Gaulle vacilava em torno de uma fórmula que conciliasse a independência de decisão dos exércitos franceses e seus antigos compromissos.⁶⁹

No ano seguinte, mal concluído o "Caso Gilson", rebentava outro, quase em conexão direta, com os redatores se reunindo em assembléia geral e conquistando virtualmente o direito da co-gestão editorial. Diante da reação dos acionistas, foi apresentado um especial voto de confiança dos jornalistas a Beuve-Méry. Mobilizou-se a sua mais ampla defesa, inclusive por comissões de leitores pelas principais cidades francesas.

Novos "casos" polêmicos se sucedem.

Os adversários de Hubert Beuve-Méry tentam até ressuscitar o velho *Le Temps*, debaixo dos alicerces de *Le Monde*, para derrubá-lo. Fracassam após 66 números.

⁶⁹ Jean-Noël Jeanneney e Jacques Julliard, *Le Monde de Beuve-Méry ou le métier d'Alceste*, Paris, Editions du Seuil, 1979, pp. 303, 299, 18, 27, 267, 304, 73, 74 e 88. O próprio De Gaulle se preocupou com a polêmica, passando a envolver mais gente (Aron, *Mémoires*, ob. cit. pp. 261 e 262).

Em 1978, Jacques Fauvet é eleito pelos jornalistas para o lugar de Beuve-Méry, que se afasta. *Le Monde* ultrapassa outra crise.⁷⁰

Mas a partir da vitória eleitoral de François Mitterrand como Presidente da República, passa a cair a circulação de *Le Monde*, mal adaptado como jornal quase governista. Novas dissensões afetam o corpo editorial.

Enfim, esta problemática intelectual-política de *Le Figaro* e *Le Monde* é típica, um entre vários dos seus aspectos, do papel social desempenhado pelo escritor em país como a França, onde ainda se apresenta muito forte o jornalismo opinativo, por mais que o informativo venha crescendo. Apesar das fronteiras, entre ambos, serem tão tênues, se existirem.

A propósito se lembre que sobrevivem e mesmo florescem os suplementos literários na imprensa tanto européia quanto estadunidense. Desde *The Washington Post* e *The New York Times* aos diários da Alemanha Federal e Europa em geral, culminando em *The Times Literary Supplement*, que eles têm tiragens rigorosamente semanais, em bom nível, ao lado dos demais encartes.

Outra experiência de co-gestão, indo à co-propriedade, ocorre com *El País* em Madri, surgido no novo período em seguida à morte de Franco e do franquismo, uma época de *boom* jornalístico, à maneira do término da Segunda Guerra Mundial na França e demais países europeus, quando atingiu o máximo o consumo de periódicos *per capita*.⁷¹

A abertura democrática espanhola reviveu a tendência, por vários motivos.

Havia toda uma nova geração de jornalistas dinâmicos, uma euforia pela abolição da censura, uma democratização também na divulgação das notícias, ao contrário da televisão e rádio ainda de propriedade estatal, tudo resultando num auge de popularidade do intelectual escritor engajado. Mas à medida que continuava o processo, foram surgindo dificuldades: a crise econômica atingiu também a imprensa (entre 1970 e 1981, como seu reflexo, o preço dos periódicos decuplicou, uma média muito acima da inflação), o rádio e principalmente a TV começaram a concorrer

⁷⁰ *Idem*, pp. 117, 121, 136, 148, 168, 187 e 309.

⁷¹ Em 1946 havia 370 exemplares por 1000 habitantes; a proporção se reduziu pela metade, pouco, ao longo das décadas seguintes (Pierre Albert, ob. cit., p. 24).

como divulgadores de anúncios, enquanto a imprensa perdia o foco dos acontecimentos ao prosseguir dando excessiva atenção à política, quando o público passava, após a descontração inicial, a preferir informações sobre a vida quotidiana.

Enfim, o irrompimento da chamada "imprensa amarela", escandalosa e sexualista, ao lado da sectarização de certas faixas do jornalismo político, contribuíram para abalar a confiabilidade do público. Com o resultado da queda de tiragens em cerca de 100.000 exemplares, a ponto dos novos jornais, *El País* e *Diario 16*, não conseguirem suprir quantitativamente o vácuo deixado pelo desaparecimento de *Arriba*, *Informaciones*, *Madrid* e *Mundo Obrero* na década 1970-1980. O mesmo acontecendo aos semanários, tentando em vão ocupar o espaço de vendas dos desaparecidos *Cuadernos para el Diálogo*, *Blanco y Negro*, *La Actualidad Española*, *Opinión* e *Posible*, não voltando o novo *Cambio 16* ao recorde de fevereiro de 1976 (347.965), idêntico fenômeno ocorrendo com o próprio sensacionalista *Interviú*, caindo pela metade a sua tiragem máxima de setembro de 1977 (937.945). Algo parecido com o boom das tiragens de *O Pasquim*, no auge da censura brasileira, em declínio após seu afrouxamento.

E repete-se o perfil quantitativo dos diários espanhóis, exceto algumas poucas peculiaridades locais, em termos de tendencial comportamento internacional.

Dois grandes jornais lideram as vendagens, de início se alternando, nos últimos tempos predominando o madrilenho *El País*, ao lado de *La Vanguardia* de Barcelona, cada qual girando em torno dos 200.000 exemplares. Mas os custos e a modernização vêm sendo especialmente bem equilibrados por *El País*, que dispõe de cerca de 800 empregados, inclusive na sua estação de rádio e sucursal catalã. Enquanto seus concorrentes *Ya* e *ABC* têm nada menos de 2.800 e 2.500 respectivamente, com metades de tiragem. Aos domingos, quase todos duplicam as edições.

Quanto aos semanários, a prestigiosa *Cambio 16* está em 12.^o lugar (171.229), após, como de praxe neste ramo, os boletins de programas de TV, modas, revistas sentimentais e o *Reader's Digest* (este mensal).

El País, de novo mais como modelo que exemplo, capta mais ou menos 50% dos seus recursos pelas vendagens e quase outro tanto em anúncios. Destes se destacam, em geral na imprensa, os das lojas departamentais *El Corte Inglés* e *Galerías Preciados*,

bem como os das fábricas de automóvel *Seat* (*Fiat*), *Renault* e *Ford*.⁷²

Idêntico fenômeno — de embaraços do jornalismo político, quando se transforma em sectário — aconteceu de modo ainda mais paradigmático em Portugal.

No auge da "Revolução dos Cravos", o Relatório Jesuíno, 1975, pretendia concluir que "a definição de uma política de informação adequadamente inserida no processo revolucionário... (exige) soluções eminentemente políticas, isto é, que pouco têm a ver com 'remédios' de caráter técnico" (sic).

O resultado foi o rápido aparecimento (5) e logo desaparecimento (4) de sucessivos jornais na época. E queda de circulação do mais antigo (1865) e maior, *Diário de Notícias*, de 192.200 exemplares para 97.098, à medida que se implantava o novo *Terminador*. Permanecendo o espaço vazio pelo fechamento do tradicional *O Século*, fundado em 1881. Enquanto o sectarismo também tentava liquidar a rádio católica "Presença", ataque revidado duramente pelo clero católico no bojo da reação ao chamado "gonçalvismo", a fase agônica do comuno-militarismo chefiado pelo Coronel Vasco Gonçalves.

Com a conclusão, até o presente momento, de declínio do público leitor de jornais e cobertura dos déficits crescentes de custo pelo Estado.⁷³ O mesmo fenômeno da maioria das empresas estatizadas após o 25 de abril de 1974. Mas curiosamente prosseguem, nos níveis habituais, as publicações dos livros.⁷⁴ Talvez mesmo pelo ecumenismo dos autores e editores. A quantidade e qualidade das alternativas satisfazem melhor os leitores.

O que comprova que estatizações, desvinculadas de um contexto revolucionário, logo se esgotam, acabam se tornando contraproducentes. E difíceis de superação, em meio ao temor de parecer regressar ao passado renegado.

A questão da imprensa portuguesa se resolverá no conjunto da problemática econômica e social lusitana, demonstrando outra vez que, por maior que seja a sua importância, ela não passa de um subsistema inserido em processo mais amplo.

⁷² Giner, Juan A., "Journalist, Mass Media and Public Opinion in Spain, 1938-1972", *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*, Kenneth Maxwell (ed.), Westport (Connect.)/Londres, Greenwood Press, 1983, pp. 46-51.

⁷³ Braga de Macedo, Jorge, "Newspapers and Democracy in Portugal: The Role of Market Structure", *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*, ob. cit., pp. 55, 65, 63 e 64.

⁷⁴ Vide nota 44.

As tentativas de autogestão, inclusive na imprensa, só podiam falhar neste clima apaixonado por irresolvidas dissensões partidárias.

O FUTURO DOS MEDIA

Futuro do jornalismo, TV, rádio, cinema e livros no Brasil

Mesmo sem o risco de uma futurologia, precária por causa das inúmeras variáveis em jogo, pode-se prever pelo menos o rumo de certos comportamentos da imprensa brasileira, dadas suas crescentes afinidades com as congêneres do capitalismo avançado, cujos exemplos pretende acompanhar.

Ora, está em curso uma espécie de dialética, como a define o comunicólogo Michael Nelson da Universidade Vanderbilt, no jornalismo dos Estados Unidos, tido por modelo da parte do mundo sob sua influência.

Michael Nelson divide a história recente da imprensa estadunidense em três fases principais.

A primeira etapa foi a do jornalismo partidário, predominante no século XIX, iniciando-se com a criação do *National Intelligencer* por sugestão de Thomas Jefferson a Samuel Harrison Smith, em 1800. Apareceu, ainda em Washington D.C., o *Globe*, inspirado por assessores oficiosos de Andrew Jackson. Um na linha patriciana virginiana da Revolução Americana, outro já nas cabeceiras do populista *spoil system* inaugurado por volta de 1828.

O jornalismo partidário, o nome o está logo dizendo, não vacilava em tomar partido abertamente em favor do seu grupo e, portanto, atacava o adversário sem dó nem piedade. Idêntico fenômeno ocorreu no Brasil durante mais tempo. Exemplos arquetípicos desta orientação foram Evaristo da Veiga, na época da Independência, e Carlos Lacerda se projetando por meados do século XX.

Mas o modelo se demonstrava esgotado nos Estados Unidos, quando Adolph Ochs comprou *The New York Times* em 1896. Este diário iniciou, então, um comportamento jornalístico que iria influenciar decisivamente muitos outros, criando mesmo um estilo chamado de *new journalism*: factual, conciso, substantivo até no sentido literal evitando ao máximo os adjetivos e advérbios, enfim basicamente informativo. A mesma linha, ainda mais con-

densada e de impacto, divulgada no mundo inteiro pelo semanário também nova-iorquino *Time*, passando a surgir uma escola internacional no gênero. Joseph Pulitzer do *New York World*, foi ao ponto de ensejar um prêmio, o máximo do jornalismo dos Estados Unidos, com o seu nome pretendendo consolidar o novo estilo. Algo como um Quarto Poder, na definição de Douglas Carter (*The Fourth Branch of Government*), expressão que, ao se popularizar, queria apresentar a imprensa como independente, impondo decisões paralelas, por métodos próprios.

Mas, advertia outro grande jornalista do período, John Hersey, "no instante em que um jornalista oferece 999 fatos dentre 1.000, o verme do preconceito começa a se infiltrar". Pelo menos enquanto inevitável *bias* de nacionalidade, classe, geração, *status*, condicionamentos familiares, ideologia ou religião, senão *prejudice* propriamente dito. Concluindo Harsey: "a única regra sagrada do jornalismo: o redator não pode inventar". Ou, nas palavras de Aníbal Fernandes, longos anos editor-chefe do *Diário de Pernambuco*, que ele costumava ensinar aos mais jovens: "A versão é livre, mas o fato é sagrado." E se a versão terminasse considerada mais importante que o fato, pelo leitor, o problema ficava por conta deste...

Em 1969, principiou a surgir uma terceira tendência, quase síntese dialética das duas anteriores, o jornalismo opinativo, como o denomina Michael Nelson, apontando seu início em *The Washington Monthly* a partir de 1969, experiência dirigida por Charles Peters. Encarregado de relatórios internacionais ao Governo federal de Washington D.C., ele começou utilizando a objetividade do *new journalism*, somada ao reconhecimento dos interesses em jogo quase à maneira do jornalismo partidário.

Também sua inovação fez escola e hoje constitui o cerne do comportamento da grande imprensa estadunidense, principalmente de *The New York Times* e *The Washington Post*.⁷⁵

Descontadas certas paixões latinas em jogo, que levam alguns diários a assumirem posições sobretudo conservadoras como *Le Figaro*, ou liberais à maneira de *Le Monde*, esta tendência, o jornalismo opinativo, está se infiltrando também no Brasil, onde tende a estender sua predominância.

Mas continua difícil descobrir a receita jornalística de uma época, para determinado país, principalmente o Brasil, com suas

⁷⁵ "Jornalismo opinativo, a nova síntese", *The Virginia Quarterly Review*, traduzido pelo *Correio Braziliense* em 12 de março de 1984.

notórias contradições em dimensões subcontinentais. Se a França, Espanha ou Grã-Bretanha, para não se falar nos Estados Unidos, têm largas imprensas locais, o mesmo ou mais se teria de prever no Brasil. E por outros fatores complexos não se chegou, entre nós, ainda à tentativa de um diário ou até semanário em regime de co-propriedade dos redatores, ao modo de *Le Monde* ou *El País*, grandes experiências únicas no mundo.

Por tudo isto, e inúmeros motivos cuja análise não cabe aqui, a imprensa não dispõe da automática credibilidade que se imagina à primeira vista, conforme se constatou em recente pesquisa de opinião pública, quando ficou pouco acima, negativamente, da televisão e propaganda em geral (-13%, -28% e -39% respectivamente).⁷⁶ Com representatividade implícita inferior à Ordem dos Advogados do Brasil, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sindicatos, associações patronais e profissionais liberais, mesmo associações de bairro, apesar dos esforços da Associação Brasileira de Imprensa também em favor dos direitos civis e humanos.

De qualquer maneira, existe uma enraizada tradição jornalística no Brasil, com seus pioneirismos e até heroísmos. Isto não pode ser subestimado. Daí ser possível prever grandes transformações estruturais igualmente na imprensa brasileira, do ponto de vista tecnológico e redatorial. Até empresarial, com rotação dos grupos proprietários ou influentes.

Um país destas proporções, repita-se, geográficas e demográficas, oferece espaço e oportunidades para inúmeras experiências criativas. A questão da propriedade estatal só se coloca no caso de socialização da economia inteira; setorialmente, como no Peru da década do nacionalismo reformista autoritário do General Velasco Alvarado, verificou-se extrema defasagem da imprensa estatizada, diante da crescente flexibilidade da imprensa alternativa, a ponto de ocorrer um recuo na atitude estatizante.

O mesmo se diga quanto à intervenção estatal na forma de censura, em nome não só da segurança estatal, dita nacional, ou da responsabilidade por injúrias ou calúnias a pessoas físicas. Também nestes casos se tem de optar por um sistema político-econômico global, para nele inserir o subsistema informático. As experiências espanhola e sueca parecem o máximo, no momento, de conciliação do interesse empresarial privatístico, de um lado, e os

⁷⁶ Vide nota 49.

direitos individuais de privacidade e a liberdade pública de informação, por outro.

Apesar da Constituição espanhola de 1978 consagrar a livre iniciativa (artigo 38: "Reconhece-se a liberdade de empresa no marco da economia de mercado"), ou talvez por isto mesmo no seu quadro liberal social rumando seriamente para social-democrático, ela também garante "o direito à honra, à intimidade pessoal e familiar, e à própria imagem", no § 1.º do artigo 18, explicando no § 4.º do mesmo artigo que "A lei limitará o uso da informática para garantir a honra e a intimidade pessoal e familiar dos cidadãos e o pleno exercício dos seus direitos".

Para velar por este e outros direitos fundamentais, foi introduzida na Espanha a figura escandinava do *ombudsman*, na pessoa do "Defensor do Povo", "el Defensor del Pueblo" segundo o art. 54, "como alto comissionado pelas Cortes Gerais", o Parlamento espanhol, não podendo contudo ser um deputado nem um senador (alínea "c" do art. 70), mas com capacidade de impetrar "recurso de amparo" e "recurso de inconstitucionalidade" (alíneas "a" e "b" do art. 162).⁷⁷ Medidas judiciais inspiradas pela instituição do Tribunal Constitucional Federal da Constituição da República Federal da Alemanha, mais o *ombudsman* escandinavo.

Na Suécia existe, desde 1916, o "*Ombudsman da Imprensa*", ao lado dos demais: "*Ombudsman Parlamentar*", o mais antigo, vindo de 1809, para acompanhar a observância das leis pelos magistrados; "*Ombudsman Militar*", surgido em plena Primeira Guerra Mundial, por precaução, pois a Suécia estava neutra como também na segunda guerra; ambos os tipos de *ombudsman* fundidos num só em 1968; enfim, hoje, transformados em três ("*Ombudsman Parlamentar*", resultado desta fusão; "*Ombudsman do Consumidor*", para velar pela Lei de Comercialização e Lei das Cláusulas Contratuais Impróprias perante o Tribunal de Mercado; e o "*Ombudsman da Imprensa*").

Este, o que mais nos interessa aqui no momento, foi criado em 1969, para atuar junto do Tribunal de Honra, constituído pelo Clube Nacional da Imprensa, algo equivalente à ABI, Sindicato dos Jornalistas e Associação dos Editores Jornalísticos. Não existe, porém, específica Lei de Imprensa. Os dispositivos legais invocáveis podem ser os civis e criminais comuns, após sentença do Tri-

⁷⁷ *Constitución Española*, Madrid, Servicio Central de Publicaciones de la Presidencia del Gobierno, *Boletín Oficial del Estado*, 1983, pp. 43 e 56.

bunal de Honra. Cerca de 20% das 400 queixas anuais costumam ser julgadas procedentes.⁷⁸

Claro que esta legislação, como qualquer outra eficaz, pressupõe uma ética, produto de um *ethos*, o "espírito das leis" já intuído por Montesquieu. Sem convicção social, nenhuma consegue operar, evidência só aceita em geral verbalmente. Daí o recurso, freqüentemente intempestivo, à coerção estatal, em função de um Estado capaz de exceder-se na repressão ao que lhe parece, com unilateralidade, abusos da imprensa, enquanto os cidadãos permanecem indefesos diante deles.

Não é, portanto, assunto fácil de resolver.

Os próprios governos socialistas, ou social-democráticos da França, Espanha e Portugal estão, no momento, muito embaraçados com seus projetos de leis de imprensa, pretendendo propiciar maior transparência à informática, como direito público, mas tendendo a conflitar-se com os direitos individuais de expressão de opinião. Um precário equilíbrio.

O mais adequado para o Brasil, neste surto histórico da sociedade civil, inclusive para se incorporar a ele, melhor parece o modelo escandinavo do *ombudsman*, generalizado tanto ou mais que a Suécia. A Constituição da República Federal da Alemanha vai ao ponto de instituir um deles para as Forças Armadas, designado pelo Parlamento Federal, "a fim de salvaguardar os direitos fundamentais e como órgão auxiliar do Parlamento no exercício do controle parlamentar" (art. 45).

Quando a Espanha se embaraça com o funcionamento do Defensor do Povo e Tribunal Constitucional, é que estas instituições foram há pouco tempo criadas ali, embora correspondendo ao mesmo ânimo de hegemonia da sociedade sobre o Estado. Resta sempre alguma tentação de recorrer ao pólo estatal, nas ocasiões de indefinição, produto da inexperiência. Mas a democracia, econômica e social-política, precisa abranger a informática, para se consumir nestes sentidos e no cultural-intelectual. Rumo a uma democracia informática inserida no contexto da democracia social-liberal, etapa fundamental para a sociedade se tornar pós-industrial e pós-capitalista. Isto é, uma democracia do conhecimento, não só da ação, estando tudo isto naturalmente interligado.

Um Tribunal de Honra, composto pela Associação Brasileira de Imprensa e entidades patronais e sindicais, representaria o mínimo

⁷⁸ Peaslee, Amos J., *Constitutions of Europe* (tomo III: Europe), Haia, Martinus Nijhoff, 1974, *passim*.

essencial para a retomada do caminho da responsabilidade autônoma dos periódicos, sem recurso a leis de imprensa. Dinamizando-se o mecanismo através da possibilidade de acesso, das partes, a um amplo Defensor do Povo, ou um específico *Ombudsman* da Imprensa, algo simultaneamente intermediário entre as experiências sueca e espanhola, mais a adaptação e criatividade das circunstâncias brasileiras.

O problema se apresenta tanto mais complexo na televisão.

Aqui a questão atinge um número muito maior de pessoas (cerca de cinquenta milhões de pessoas assistem a programas no pique, chamado "horário nobre", entre as 19.00 e 21.00 horas), enquanto todas as tiragens de diários e semanários, num domingo, não chegam a 10%.

Além disto, existe importância técnica também maior, para cobrir os mais altos custos operacionais, exigindo grande publicidade empresarial ou elevados subsídios estatais.

Neste quadro se situa a dificuldade da independência e equilíbrio da televisão, entre o monólogo denunciado por Theodor W. Adorno e as possibilidades de diálogo antevistas por Hans Magnus Enzensberger nos clubes de circuito fechado, videofones e outras inovações ainda se desenrolando.

A televisão e o rádio no Brasil poderiam se firmar em paralelos caminhos competitivos, privado e público, num contexto de pluralismo econômico, político e cultural, ao modo da sua sociedade inteira. Assim, a Rádio Nacional, estações do Rio de Janeiro e Brasília, e a TVE do Ministério da Educação e Cultura, bem como as demais pertencentes ao Governo federal ora em mãos de universidades, deveriam compor uma autarquia (*authority* como se diz na Grã-Bretanha), ou fundação, dirigida paritariamente por diretores nomeados por aquele Governo e diretores eleitos por instituições intermediárias da sociedade civil (Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil, confederações sindicais, entidades patronais, igrejas e partidos políticos).

Algo como a estrutura da British Broadcasting Corporation, inovada porque a forma britânica vem se demonstrando insatisfatória para o grande público, cada vez mais tendendo a preferir as programações da TV privada. Fenômeno parcialmente explicável pela limitação do "Conselho Consultivo" ("Advisory Council") a funções meramente apêndices.⁷⁹ Daí as crescentes polémicas a

⁷⁹ *Broadcasting in Britain*, Londres, Reference Services, Publications Division, Central Office of Information, 1981, p. 2. Cerca de metade dos programas produzidos são de origem privada (p. 10).

respeito,⁸⁰ além do maior dinamismo competitivo do setor privado e a tendência da burocracia ao esclerosamento.

E o lado lúdico da televisão apresenta ainda mais implicações, como inúmeras pesquisas já o demonstraram. A própria estrutura da sociedade urbana e industrial, apesar de todos seus processos de socialização, aqui no sentido de sociabilidade, ensaja contrapartidas de solidão. A revista parisiense *Le Point* mostrava, em março de 1984 por exemplo, como cerca de 47% dos adultos, em março em Paris, moram sozinhos, divorciados, viúvos ou mesmo solteiros. Seu principal divertimento, a televisão. O mesmo se diga das crianças e adolescentes, uma autêntica nova geração eletrônica, agora animada também por videogames.

No Brasil, as pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública (IBOPE) demonstram como as classes que mais assistem à TV são a média alta e a média baixa, principalmente esta. E programas preferidos, muito à frente dos demais, os telecuriosos, as telenovelas e programas de auditório. Por conseguinte, de escassa audiência os das emissoras estatais.⁸¹

A qualidade, lúdica em geral e até estética em certos casos, das telenovelas brasileiras, vem garantindo o êxito da sua exportação para países de estágios econômico-culturais e regimes políticos os mais diversos, desde os da América Latina incluindo Cuba (importadora da série "Malu Mulher"), até Portugal, Itália, França e o próprio norte da Europa e Estados Unidos. Além da África, especialmente a de expressão portuguesa.

Telenovelas e minisséries começando a abrir uma nova fase artística do cinema nacional, influenciando-o com suas técnicas, *scripts*, artistas e diretores.

Mas a abertura política vem trazendo uma primavera para os noticiários, com um número crescente de telejornais sobre episódios diários, mesmo com reportagens inteiras. O que não implica em necessária superação dos demais mídia pela televisão e sim a sua óbvia complementaridade.⁸²

Dá-se ter de reconhecer uma importância mais que residual ao cinema, enquanto não apenas outro *medium*, também como ex-

⁸⁰ Vide por exemplo "BBC at Bay", *The Sunday Times*, Londres, 19 de fevereiro de 1984.

⁸¹ *Relatório de TV por programa (Grande Rio de Janeiro e Grande São Paulo)*. Rio de Janeiro, IBOPE, n.º 11, novembro, 1983.

⁸² "Vivemos uma lua-de-mel com a abertura", debate de Antônio Brito, editor regional da Rede Globo, e Alexandre Garcia, editor regional da Rede Manchete, ambas em Brasília, *Correio Braziliense*, 27 de março de 1984.

pressão de arte, à maneira visual eletrônica da televisão. Formas tão relacionadas de expressão, que se entremeciam na mesma fonte de produção: filmes que servem para ambos os tipos de apresentação. Por isto, o êxito doméstico e internacional das telenovelas, minisséries, até das reportagens brasileiras.

Já em 1953, o Segundo Congresso Nacional do Cinema Brasileiro propunha novos rumos. Nele, Alex Viany sugeria uma legislação para o filme nacional; uma escola de cinema; ampliação da reserva de mercado; limitação da quota máxima de importação de filmes impressos no estrangeiro, porém livre importação do filme virgem e estímulo à sua fabricação no Brasil, no contexto da industrialização nacional; criação de uma Carteira de Financiamento Cinematográfico; fiscalização das rendas dos filmes; reinvestimento, na atividade, da receita gerada pelo cinema para os cofres públicos e formação de uma entidade destinada à exportação das produções brasileiras.

Trinta anos depois, noutro Congresso em São Paulo, o Diretor-Geral da empresa nascida para atender aqueles e outros reclamos, Roberto D. M. Parreira, descrevia o panorama brasileiro do cinema, desde então.

O quadro de receita e despesa da Embrafilme, empresa de economia mista, era o seguinte:

Receita

- 26% oriundos da parcela do imposto de renda sobre a remessa de lucro das distribuidoras estrangeiras
- 9% da contribuição por título também dos filmes estrangeiros
- 18% da venda dos ingressos padronizados
- 39% das rendas de filmes nacionais distribuídos pela Embrafilme no Brasil
- 8% de outras fontes (inclusive 5,7% do mercado externo)

Despesa

- 11% para o custeio
- 37% para pessoal e encargos
- 52% para atividades-fim.

Ao longo de toda sua existência, a Embrafilme possibilitou a produção de 190 longa-metragens, rendendo 90 bilhões de cruzeiros e gerando 42.000 empregos diretos.

É boa a aceitação do cinema brasileiro, por parte do público internacional, que lhe deu vários prêmios, e do nacional, como se vê na queda de audiência de 18% do filme estrangeiro em 1981

e de 11% em 1982, diante do brasileiro em 9% e 2% nos mesmos anos.

Além das dificuldades artísticas e técnicas, o cinema enfrenta grandes obstáculos materiais. Entre 1981 e 1982, a arrecadação subiu em 380%, mas o aumento do filme virgem foi de 600%, da cópiagem 800% e da produção gráfica 390%.

Se for levado em conta o custo médio de um filme realizado, US\$ 300.000,00, ter-se-á uma idéia da difícil relação custo-benefício no fato que, do total de 41 filmes lançados, apenas 10 conseguiram superar a marca de um milhão e duzentos mil espectadores.⁸³

É este o amplo quadro do cinema no Brasil:

Longa-metragens brasileiros produzidos

1979	93
1980	103
1981	80
1982	86
1983	84

Como se vê, o pique de 1979/1980 situa-se no boom geral da economia brasileira, mas a queda das filmagens foi contida e estabilizada.

Filmes exibidos em cinemas

	Nacionais	Estrangeiros	Total
1979	664	3.292	3.956
1980	649	3.090	3.739
1981	630	2.759	3.389
1982	643	2.685	3.328
1983	643	2.450	3.093

Longa-metragens exibidos na televisão

	Nacionais	Estrangeiros	Total
1979	—	—	—
1980	32	1.764	1.796
1981	86	1.707	1.793
1982	86	1.892	1.978
1983	94	1.924	2.018

⁸³ Manuscrito do discurso cedido gentilmente por Roberto D. M. Parreira.

Representa uma surpresa, aos olhos dos entusiastas da TV, o fato que ainda são mais exibidos, no Brasil, filmes em cinemas na televisão. O fenômeno não é ascendente. A tendência internacional consiste no retorno à privacidade doméstica em estúdios mais desenvolvidos de economia industrial e urbana.

Dai a queda incessante da quantidade de salas públicas de exibição.⁸⁴

Salas

1979	2.826
1980	2.365
1981	2.244
1982	1.988
1983	1.736

Enquanto isto, aumenta para 18 milhões o número de receptores de televisão, captando programações de nada menos de 92 transmissoras.

Contudo, por mais impressionante que sejam estas últimas estatísticas, é o rádio que prossegue liderando as audiências no Brasil. Pois, para 1.071 estações, há 45 milhões de receptores. Quantidade que continua crescendo, graças à baixa dos custos dos miniequipamentos transistorizados, sua portabilidade permitindo um acesso de quase toda a população adulta à sua posse (cerca de 374 aparelhos por 1.000 habitantes, diante de 150/1.000 de aparelhos de TV).⁸⁵

E se as transmissões de televisão se sofisticam, cada vez mais, desde o ângulo estético ao tecnológico dos equipamentos irradiando em cores (no Brasil, antes de países latino-americanos mais ricos como a Venezuela e Argentina, só depois chegando a este estágio), o toque por assim dizer populista da linguagem do rádio continua alcançando larguíssima audiência popular. São reportagens contundentes, músicas sertanejas e não só de paradas de sucessos, ouvidas por um amplo público desde o camioneiro à dona-de-casa e ao operário a caminho do local de trabalho, até o boêmio e o insone pobres nos bares e barracos. Ao longo de todo o dia, atingindo motoristas de táxi e garçons de botequins...

Por isto, a comunicação pelo rádio ainda equivale, no Brasil e noutros países de idêntico ou inferior estágio de desenvolvimento,

⁸⁴ Informações da "Embrafilme". Vide tb. José Mário Ortiz Ramos, *Cinema, Estado e lutas culturais (Anos 50/60/70)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
⁸⁵ "Brazil"; Mark Journey, Susan Bruce e Robert N. Pierce; *World Press Encyclopedia*; tomo 11, ob. cit., p. 153.

à comunicação instantânea. Do rádio as grandes e graves notícias se alastram como um rastilho, de boca em boca, imediatamente por todo o território nacional. É ainda o rádio que continua até elegendo e não só reelegendo desde vereadores e prefeitos, a deputados estaduais e federais, mesmo um senador pelo Rio Grande do Norte, pessoas transmitindo programas de larga audiência.

Os poros infinitos de uma sociedade geram sua permeabilidade, os vasamentos se sucedem sem controle previsível, até mesmo pela comunicação oral nos Estados fechados. Termina-se sabendo da notícia, mesmo tardia. Tanto mais quanto aumentam as brechas do controle social, apontando o diálogo como o caminho mais construtivo. Pois a liberalização da divulgação das notícias não pressupõe democratização da oferta de alternativas. Estas podem continuar sendo produzidas por oligarquias, deixando a maioria uma ilusória margem de opção, qualquer delas convido ao grupo dominante.

Inclusive a propriedade da grande imprensa, na reação simbiótica em cadeia, fato-notícia-fato, um criando a outra e o outro, obedece às mesmas regras capitalistas ou estatais da respectiva sociedade. Na América Latina, como na Europa Ocidental, América do Norte e outras áreas, famílias tendem a predominar nos meios de comunicação em massa.

Na Venezuela, o grupo Capriles com *El Mundo*; Edwards com *El Mercurio* no Chile; Miro Quesada com *El Comercio* no Peru; Carasco e Canelas com *El Diario* e *Los Tiempos* na Bolívia; Ospina com *El Tiempo* na Colômbia; Mitre e Gainza Paz na Argentina com *La Nación* e *La Prensa*. O caso extremo apresenta-se na própria Nicarágua, revolucionária sandinista, onde a família Chamorro controla os diários de todas as tendências: Pedro Joaquín Chamorro o jornal de oposição *La Prensa*, Carlos Chamorro o governista *Barricada* e Xavier Chamorro o centrista *Nuevo Diario*...

Apesar de parecer estranho, corresponde à mesma tendência que mantém apreciáveis porções do capital dos maiores oligopólios nas mãos dos Morgan, Du Pont, Rockefeller, Agnelli e Springer, em plenas matrizes internacionais da iniciativa privada. Mas a queda dos legendários Krupp, pulverizadas suas ações nas mãos de centenas de milhares de pequenos e médios acionistas, demonstra a possibilidade disto vir a ocorrer também na imprensa e meios de comunicação de massa. Isto só não aconteceu, dado o caráter ainda muito artesanal, criativo e combativo, da atividade jornalística em geral. O aparecimento de novos grupos, confirma ciclicamente a possibilidade de maiores aberturas.

Mas não adiantam muito as improvisações e burocratizações.

A experiência, no ramo, é também fundamental aqui. Tanto quanto o talento. Cada vez mais se estendendo pela diversificação do jornalismo em televisão, rádio e agências de notícias.

Os esforços da UNESCO, no sentido de coordenar agências regionais de notícias, especialmente no Terceiro Mundo, comprovam a dificuldade. As informações transmitidas podem chegar aos seus destinos, mas acabam quase sempre na cesta do lixo, sem divulgação.⁸⁶ Confirmando a necessidade da democratização desta, bem como daquelas, embora sempre haja uma margem de seleção pelos interesses dos que recebam as notícias. Só o que os atingir tende a atrair sua atenção, em meio à crescente sobrecarga de seleção entre fatos tão díspares.

Pois a liberalização da divulgação em nada implica, necessariamente, na ampliação de alternativas. Elas podem ser geradas e geridas por pequenos grupos, econômicos e políticos, difusos mas concretos na sociedade. A democratização dos meios de comunicação em massa insere-se no contexto da democratização da própria sociedade. Um subsistema não tem obviamente condições de transformar sozinho todo o sistema. O caráter dialogal da democracia apenas incluirá os mídia no seu conjunto. Basta que se observem as etapas e graus de mediação perpassando as fibras sociais: interesses de anunciantes e leitores, com frequência articulados por agências de publicidade, interligam-se conforme os níveis econômicos e preferências políticas. As relativamente pequenas tiragens de diários e semanários demonstram sua tendência concentradora da classe média para cima.

Mas, reconheça-se, as tentativas de correção pelas estatizações têm contribuído para a burocratização dos meios de comunicação, entregues então a novas castas de controladores, habitualmente prestando ainda menos contas a comunidades monopolizadas politicamente. Inclusive perdendo impulso renovador jornalístico.

O sentido democrático do diálogo só pode ocorrer num quadro geral, a imprensa e os mídia eletrônicos se correlacionando no jogo de forças da sociedade. Sem isto implicar exclusão de outros meios de comunicação, mais antigos.

A persistência do prestígio do livro — seminal mais que residual, entre grupos dedicados ou captáveis para a reflexão, não

⁸⁶ O Relatório MacBride é o documento-base da UNESCO, aprovado na sessão de 1980 em Belgrado: *Un sólo mundo, (Comunicación e información en nuestro tiempo)*. Informe Final da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. Sean MacBride presidiu esta comissão e coordenou suas conclusões durante as décadas 1970/1980.

só entregues ao divertimento em vários modos — confirma a tese de Enzensberger sobre a complementaridade dos meios de comunicação de massa. E, mostram tanto ele quanto Baudrillard, que significa uma ilusão pretender que os meios eletrônicos de comunicação de massa possam dominar orwellianamente os espíritos. Nem Madison Avenue nem Greenwich Village, em nome da publicidade do presente ou da utopia do futuro, nas suas matrizes ou filiais, conseguem fazer as sociedades se esquecerem de si mesmas e dos rumos que elas próprias queiram escolher.

O “resto” de resistência termina saindo da passividade e mobilizando a reciclagem da influência recebida, conforme os refulhos do inconsciente coletivo, não apenas da consciência militante. A semiologia não pode fornecer instrumentos para manipulação plena das massas, porque estas são “um *medium* mais forte que os *media*”.⁸⁷ “Qualquer intento de suprimir os fatores *random* (aleatórios), qualquer diminuição de fluidez e qualquer deformação da estrutura de informação tem que conduzir, com o tempo, a uma espécie de embolia”; “uma supervisão complexa exigiria um sistema de controle que seria maior do que o próprio sistema”.⁸⁸

Mais uma vez, como o previu Hegel, “a razão faz com que as paixões ajam por elas. . . Os fins particulares combatem-se um ao outro e uma parte deles sucumbe. Mas precisamente com a luta, com a ruína do particular, produz-se o universal. Este não perece”. É “a astúcia da razão”. . .⁸⁹ Também nisto a história da liberdade não se faz em linha reta, e sim nas suas sucessivas concreções de conquistas, de novo o espírito não se deixando escravizar por suas próprias criações, por mais fortemente que tentem invadir sua intimidade.

⁸⁷ Baudrillard, J., ob. cit., pp. 94 e 64-66.

⁸⁸ Enzensberger, H. M., ob. cit., pp. 54 e 53.

⁸⁹ *Vorlesungen ueber die Philosophie der Weltgeschichte* (tomo I: *Die Vernunft in der Geschichte*), Hamburgo, Verlag von Felix Meiner, 1955, p. 105.